



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – DCJ/SR
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

LARISSA DA NÓBREGA COSTA

“FILHOS DE CRIAÇÃO”

Filiação Socioafetiva e Seus Aspectos No Ordenamento Jurídico Brasileiro

Santa Rita

2018

LARISSA DA NÓBREGA COSTA

“FILHOS DE CRIAÇÃO”

Filiação Socioafetiva e Seus Aspectos No Ordenamento Jurídico Brasileiro

Monografia apresentada ao Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, como exigência parcial da obtenção do título de Bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientadora: Profa. Dr^a: Ana Paula Albuquerque.

Santa Rita

2018

C838f Costa, Larissa da Nobrega.

"FILHOS DE CRIAÇÃO" Filiação Socioafetiva e Seus
Aspectos No Ordenamento Jurídico Brasileiro / Larissa
da Nobrega Costa. - Santa Rita, 2018.
60 f.

Orientação: Ana Paula da Costa.
Monografia (Graduação) - UFPB/DCJ/SR.

1. Família. 2. Filiação. 3. Afeto. 4. Socioafetividade.
5. Filhos de Criação. I. da Costa, Ana Paula. II.
Título.

UFPB/BC

LARISSA DA NÓBREGA COSTA

“FILHOS DE CRIAÇÃO”

Filiação Socioafetiva e Seus Aspectos No Ordenamento Jurídico Brasileiro

Monografia apresentada ao Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, como exigência parcial da obtenção do título de Bacharel em Ciências Jurídicas. Prof^a. Dr^a. Ana Paula Albuquerque.

Data da Aprovação: Santa Rita – PB, ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Ana Paula Albuquerque
(Orientadora - Universidade Federal da Paraíba – UFPB)

Prof^a. Dr^a. Duína Mota de Figueiredo Porto
(Membro 1 - Universidade Federal da Paraíba – UFPB)

Prof^a. MS. Maria Cristina Santiago
(Membro 2 - Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ)

Aos meus avós paternos e maternos, Genildo e Maria do Carmo “*In Memoriam*”, Severino “*In Memoriam*” e Creuselina, a minha mãe Verônica e ao meu pai Genilson que me conceberam o dom da vida, a minha irmã por ser um exemplo de disciplina nos estudos e especialmente ao meu esposo Diogo, que me inscreveu e me incentivou a fazer o vestibular, como também me ajudou a superar a depressão desde que fui diagnosticada pela doença. Dedico.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Jesus, que é a minha base, a fonte inesgotável de amor, sabedoria, conhecimento, graça e força. Minha rocha inabalável, que nunca me abandonou e que a cada dia renova a minha fé para que eu não esmoreça na caminhada da vida.

Aos meus pais, que dedicaram a sua vida para fazer a minha, me direcionando sempre com palavras de amor, sabedoria e ensinamentos, que fizeram com que a caminhada mesmo parecendo inalcançável ser uma realidade leve, pois, com a minha mãe aprendi a lutar e jamais desistir e com o meu pai aprendi a maneira correta de encarar a vida, ou a “*selva de pedra*” como ele costuma chamar: refletindo, questionando, sabendo extrair as melhores lições das situações por mais difíceis que se apresentem e não esquecendo jamais que as pessoas só oferecem respeito, amor, carinho e educação se elas tiverem para oferecer.

Ao meu esposo que com amor, mansidão, carinho, dedicação, apoio e sabedoria me auxiliou no caminho da academia, me dando forças para não desistir dos meus sonhos mesmo quando fui acometida pela depressão. Foi ele quem esteve ao meu lado no meu processo de cura, nunca desistindo, trazendo um despertar para sonhar novos sonhos, desenterrar os antigos e trazendo sempre ânimo quando o desânimo insistia em prevalecer. Meu presente de Deus!

A minha irmã onde sempre tive admiração e a levarei sempre como exemplo de dedicação e disciplina nos estudos.

Aos meus amigos da graduação que me auxiliaram, trazendo ânimo, forças e momentos de descontração, tornando a caminhada mais leve e motivadora.

A minha Professora e orientadora Doutora Ana Paula Albuquerque, que sempre admirei como uma docente que leciona por amor, fazendo com que seus alunos se sintam seguros e capazes de voarem por um mundo que não se limita as paredes

da academia, como também, pela paciência de disponibilizar seu tempo a me orientar.

E finalmente, a banca examinadora pela disponibilidade e compartilhamento dos conhecimentos para enriquecer ainda mais este trabalho.

“Aquele que sai chorando enquanto lança a semente, voltará com cantos de alegria, trazendo os seus feixes.”.

(Bíblia Sagrada: Salmos 126, versículo 6.)

RESUMO

O tema abordado disserta sobre os filhos de criação em um contexto de família socioafetiva e seus aspectos jurídicos, ressaltando a importância ao princípio da afetividade para o alcance dessa filiação. Porém, faz – se necessário observar que essa modalidade de entidade familiar, fruto do afeto, ainda não está elencada expressamente no nosso ordenamento jurídico. Imprescindível a posição dos doutrinadores do direito brasileiro, como também as decisões judiciais que estabelecem o entendimento atual dos Tribunais Regionais. Portanto, a problemática gira em torno do reconhecimento dos filhos de criação e das consequências jurídicas advindas dessa perfilhação, dispondo da metodologia histórica e dedutiva, baseando – se na pesquisa bibliográfica. Nesse contexto, o objetivo é discorrer sobre as mudanças significativas na legislação no que se diz respeito ao conceito de família e filiação, trazendo como divisor de águas a nossa Constituição Federal de 1988 que estabelece o princípio da igualdade entre os filhos e o da afetividade, analisando os tipos de filiação, como também a necessidade de uma regulamentação pertinente a este arranjo familiar. Considera – se, portanto, que o legislador deixou lacunas que precisam ser preenchidas pela ausência de uma legislação específica acerca dos filhos de criação.

Palavras- Chave: Família. Filiação. Afeto. Socioafetividade. Filhos de Criação.

ABSTRACT

The subject discussed discusses the children of creation in a context of socio-affective family and its juridical aspects, emphasizing the importance to the principle of the affectivity to the reach of this sonship. However, it is necessary to observe that this type of family entity, fruit of affection, is not yet explicitly listed in our legal system. It is indispensable the position of the doctrinators of Brazilian law, as well as the judicial decisions that establish the current understanding of the Regional Courts. Therefore, the problem revolves around the recognition of the children of creation and the legal consequences of this profile, with historical and deductive methodology, based on bibliographical research. In this context, the objective is to discuss the significant changes in legislation regarding the concept of family and sonship, bringing as a dividing line our Federal Constitution of 1988 that establishes the principle of equality between children and affectivity, analyzing the types of membership, as well as the need for regulations pertinent to this family arrangement. It is therefore considered that the legislator has left gaps that need to be fulfilled by the absence of specific legislation on children.

Keywords: Family. Membership. Affection. Socio-activity. Children of Creation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art. – Artigo

CC – Código Civil

CF – Constituição Federal

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CP – Código Penal

CPC- Código de Processo Civil

STJ – Superior Tribunal de Justiça

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO...	14
2.1 O Surgimento da Filiação Socioafetiva no Direito Brasileiro.....	15
2.2 As Espécies de Filiação	22
2.2.1 <i>Filiação Jurídica</i>	23
2.2.2 <i>Filiação Por Adoção</i>	25
2.2.3 <i>Filiação Sociafetiva consistente no “Filho de Criação”</i>	30
2.2.4 <i>Filiação Sociafetiva e a Multiparentalidade</i>	33
2.3 A Função dos Pais Socioafetivos	34
3 OS ASPECTOS JURIDICOS PERTINENTES AOS “FILHOS DE CRIAÇÃO”	37
3.1 O princípio da Afetividade como Fundamento para o Reconhecimento da Filiação	37
3.2 Direitos derivados do reconhecimento da filiação socioafetiva	39
3.3 As Consequências Jurídicas Obtidas pelos “Filhos de Criação”	43
3.3.1 <i>Do Direito Alimentar</i>	44
3.3.2 <i>Do Direito ao Patronímico</i>	46
3.3.3 <i>Do Direito Sucessório</i>	47
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

1 INTRODUÇÃO

A presente Monografia tem como objeto os filhos de criação, onde se conceitua como aqueles pertencentes à outra pessoa, porém são amados, sustentados e protegidos por outro que o considere como se fosse seu filho, e que esteja sob sua guarda sem o amparo da adoção. Inserido em um contexto de uma filiação socioafetiva e trazendo os aspectos jurídicos que são acarretados dentro do ordenamento brasileiro. O objetivo se dar em analisar as os direitos e deveres oriundos desse tipo de filiação e a necessidade de uma regulamentação expressa, através de demonstração de mudanças significativas na legislação no que se diz respeito ao conceito de família e filiação, trazendo como o marco a nossa Carta Magna de 1988 que estabelece o princípio da igualdade e afetividade, analisando os tipos de filiação, identificando os aspectos jurídicos e a ausência de uma legislação regulamentadora acerca da constatação da filiação de criação frente às decisões dos Tribunais Brasileiros.

Sendo assim, o presente trabalho discutiu acerca da filiação de criação e seus aspectos jurídicos, partindo da seguinte problemática: o reconhecimento dessa modalidade de filiação precisa de uma norma regulamentadora? E quais são as consequências advindas desse reconhecimento, mesmo sendo uma relação incomum tanto na sociedade quanto no ordenamento jurídico? Os direitos são igualmente aos dos filhos biológicos?

Quanto à Metodologia empregada, utilizou - se o método de abordagem dedutivo, de forma que o estudo deu - se através das leis e doutrinas mais abrangentes, afunilando com o tema em questão. Ademais, este método se baseou no uso da lógica, partindo de premissas gerais alcançando um resultado específico, observando as legislações relacionadas ao assunto, bem como a respectiva doutrina e jurisprudência como base para os resultados desejados para a pesquisa. Utilizou - se, ainda, o método de procedimento histórico, vez que o estudo se abaliza da origem e modificações históricas da filiação até chegar ao contexto atual sobre a perfilhação de criação. Baseando - se através da pesquisa bibliográfica, sendo consideradas as doutrinas, decisões jurisprudenciais e legislações no que pese ao tema em questão.

Para tanto, o Capítulo 2, explana sobre o surgimento da Filiação Socioafetiva no Ordenamento Brasileiro, discorrendo sobre o Código Civil de 1916, onde a família era matrimonializada, ou seja, só eram considerados filhos aqueles que foram concebidos dentro do instituto do casamento, todavia, tanto o conceito de família como o de filiação veio sofrendo algumas transformações em sua estrutura e constituição, decorrente a algumas leis, tais como, no ano de 1949 passa a vigorar a lei de nº 883, tratando do reconhecimento dos filhos que não eram concebidos na constância do casamento; a Constituição Federal de 1977 que teve Ementa Constitucional de nº 09 e a Lei nº 6.515, onde trouxeram possibilidades do divórcio no Brasil após houver obtenção na separação judicial e a lei 6.515 que disciplinava a matéria trazendo a possibilidade de se entrar com uma ação direta de divórcio; em seguida a Constituição Federal de 1988 com os princípios que concretizaram a nova forma familiar. Por fim, o Código Civil de 2002 que veio baseando – se na Carta Magna, trazendo uma modificação ao nosso ordenamento jurídico com o princípio da afetividade.

Também fazendo a distinção das espécies de Filiação, dentre elas estão à filiação jurídica, filiação por adoção, filiação socioafetiva consistente no “Filho de Criação” e a filiação socioafetiva e a multiparentalidade. Por fim, discorre sobre o conceito dos pais socioafetivos e quais seriam a sua responsabilidade mediante aos seus filhos afetivos.

Já no Capítulo 3, tratou - se dos aspectos jurídicos pertinentes aos “filhos de criação”, trazendo o afeto como um dever jurídico e como um princípio formador da família constitucionalmente protegido; Discutiu - se também o reconhecimento da filiação de criação como proteção integral à família e as possíveis consequências jurídicas que poderão ser obtidas pelos “Filhos de Criação”.

Portanto, o presente trabalho afere na discussão se existe a necessidade de uma legislação específica para preencher as lacunas deixadas pelo legislador no que cerne sobre o assunto para que assim, haja uma segurança jurídica em outros tipos de arranjos de filiação, especificadamente nos filhos de criação.

2 A FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

No tocante a heterogeneidade das relações sociais, principalmente no que cerne a família, o direito de família vem passando por modificações que as adequam às que sobrevêm da sociedade. O universo jurídico se modifica à medida que ocorrem as mutações sociais, sobrevivendo a sua efetiva utilidade, porém essa afetividade no âmbito jurídico é um tema ainda polêmico quando levado em conta as relações entre pais e filhos. O direito de família caracteriza – se também pela afetividade, sendo um dos elementos constitutivos da entidade familiar, princípio que prevalece tanto a prioridade quanto os interesses dos filhos.

Somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, é que a igualdade de filiação foi aplicada. Os adjetivos que eram sucedidos ao substantivo "filhos" tornaram-se inconstitucionais, conforme instituiu seu art. 227, §6º. Diante de diversas mudanças afirma-se que atualmente as famílias são marcadas pelos laços afetivos de amor, cumplicidade, felicidade, comunhão e de carinho.

Segundo o aspecto sociológico, a filiação socioafetiva caracteriza-se por uma convivência afetiva, sendo deveres do afeto: o respeito, o carinho, o amor e os deveres e direitos de modo familiar. Passando o pai e/ou a mãe a ser a pessoa que cria, oferece amor, proteção, educação, enfim, a pessoa que efetivamente exerce as funções próprias de pai ou de mãe em assistência ao melhor interesse do seu filho.

Deixando pai ou mãe de ser apenas a pessoa que gera ou que possua um vínculo genético, afirma DIAS (2015, p 35.) que não é mais o biológico, o científico, o definido em laboratório que impera nas relações: o ser humano é maior que isso. A formação de uma pessoa, as decisões que toma suas relações interpessoais não se definem de acordo com verdades racionais e científicas, mas se constroem com base majoritariamente nas suas verdades emocionais.

Os laços de afetos e de solidariedade derivam da convivência e não do sangue. Segundo o Princípio da Proteção Integral da Criança e do Adolescente não se admite, que o menor que sempre conheceu o marido de sua mãe como sendo seu pai, manteve uma afinidade paterno-filial, obtendo dele amor, carinho, educação e demais tratos que mereça um filho, fique sem pai, devido averificação de inexistência do vínculo biológico. Nesse sentido, caberá o juízo do magistrado a outorgar a paternidade socioafetiva, não permitindo, portanto, uma desconstituição

da paternidade a posterior, como também a nulidade do registro, simplesmente porque foram cessados vínculos com a mãe ou porque possui uma outra origem biológica.

Isso posto, não é aceitável esse tipo de conduta, pois, uma vez efetivada a filiação afetiva e aplicando - a em seu dia a dia, venha o pai ou a mãe pleitear a nulidade do registro civil. Acautelando-se nos casos em que, futuramente, o filho queira prevalecer-se do artigo 27 do ECA onde ele queira saber a sua origem genética, ressaltando-se que é um direito que rege a personalidade e é imprescritível, quando diz que “O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça”.

2.1 Surgimento da Filiação Socioafetiva no Direito Brasileiro

A sociedade vem se transformando, especialmente no que se refere à família, em particular à paternidade, deveras questionada. A conexão entre os seres humanos passa por uma constante transformação, a cada dia, leis são promulgadas com o objetivo de beneficiar essa relação.

Para se entender, o surgimento da filiação socioafetiva no Direito Brasileiro, devemos nos remeter ao Código Civil de 1916, onde FACHIN (2003, p.298), traz que o sujeito dotado de direitos era os “sujeitos de patrimônio”, fazendo com que, a legislação cível caracterizasse uma legislação patrimonialista, valorizando o “ter” ao invés do “ser” e direcionando – se sempre aos grandes proprietários, salientado que a massa popular não tinha conhecimento dos direitos que os incumbiam e tampouco que poderia haver possibilidade de invocá – los.

BARRETO, traz que a família era predominada pelo patriarcalismo, pois, a figura do pai era quem ditava toda a educação, a religião, dos filhos e da sua esposa, como também, responsável pelo sustento do seio familiar, como trazia em seu artigo 233. Nitidamente se percebia que o marido era o único chefe que regia a sociedade conjugal, onde a mulher apresentava – se com a capacidade relativa e se incumbia tão somente a colaborar com os encargos familiares, consoante artigo 240 CC/16. (BARRETO, 2012, p. 209).

No que cerne a regência dos filhos, BARRETO (2012, p. 2010), faz uma observação, discorrendo que os filhos possuíam tratamentos distintos, considerados somente os legítimos, ou seja, os que foram concebidos dentro do casamento, onde, qualquer outra forma de se ter um filho, era considerado ilegítima, sendo indisponível o direito ao nome e a herança, decorrente da legislação do CC/16 em seu artigo 377 quando dizia que “quando o adotante tiver filhos legítimos, legitimados ou reconhecidos, a relação de adoção não envolve a de sucessão hereditária”. Todavia, no tocante dos anos 49, passa a vigorar a lei de nº 883, tratando do reconhecimento dos filhos que não eram concebidos na constância do casamento, ou seja, os ilegítimos, através de ação que reconhecesse a filiação, onde o filho reconhecido gozaria de direitos, inclusive, dos alimentos provisórios, ocorrendo em segredo de justiça, como também o direito de sucessão que passou a ser reconhecido independentemente da natureza de sua filiação.

Contudo, essa prática do reconhecimento era limitada, BARRETO afirma que a redação do parágrafo único do artigo 380, aponta o caso que houvesse algum tipo de divergência entre os genitores, relacionado com o exercício do pátrio poder, prevaleceria sempre à decisão do patriarca, fazendo a alusão da exceção de quando existia o direito à mãe de recorrer em juízo para a tentativa de resolver o conflito. (BARRETO, 2012, p. 2010).

Destacando mais uma característica da família do Código de 16, remete a sua formalidade que não permitia divórcio. BARRETO (2012, p. 2011) descreve a indisponibilidade da separação no casamento, onde a mesma só ocorreria em caso de morte ou com a anulação do casamento. Em 1977, ainda com a CFRB de 1967, GONÇALVES (2002, p.74), denota que houve uma edição a EC nº 09 e a Lei nº 6.515, a EC trouxe possibilidades do divórcio no Brasil, após a obtenção na separação judicial e a lei 6.515 que disciplinava a matéria trazendo a possibilidade de se entrar com uma ação direta de divórcio, mas para isso, era necessário completar cinco anos de separação que tenha tido início anterior a 28 de junho de 1977, (artigo 40).

Em seguida, a nossa Carta Magna em 1988, em seu artigo 1º, III, inovou com o princípio da dignidade da pessoa humana, evitando expor a vida privada, como em seus artigos 5º, 226 e os demais, que trouxeram igualdade dos gêneros entre homem e mulher, como também, igualdade entre os filhos.

Para PEREIRA (2003, p. 5-6) essas modificações conduziram a sociedade para visualizar um novo ideal, declinando o patriarquismo e compreendendo, portanto, a base dos Direitos Humanos, que se tratava da dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, assevera Stolze e Pamplona Filho (2012, p. 52):

Observamos, então, que, em virtude do processo de constitucionalização por que passou o Direito Civil nos últimos anos, o papel a ser desempenhado pela família ficou mais nítido, podendo-se, inclusive, concluir pela ocorrência de uma inafastável repersonalização. Vale dizer, não mais a (hipócrita) tentativa de estabilização matrimonial a todo custo, mas sim a própria pessoa humana, em sua dimensão existencial e familiar, passaria a ser a especial destinatária das normas de Direito de Família.

Segundo DIAS (2015, p. 15) a família passa agora a não ser mais exclusiva de um relacionamento matrimonial, mas aquela que envolvesse o afeto. A existência desse elo basta para o reconhecimento de uma entidade familiar. Com o desaparecimento da família patriarcal a família passou a ser identificada pelo laço de afetividade, gerando o princípio da afetividade que tem escolpo constitucional.

A criação do Código Civil, com o seu projeto de lei no ano de 1975, entrando em vigor apenas em 2002, deu - de através de que, mesmo com as legislações vigentes, o Estado se perfazia de uma necessidade maior para assegurar este novo modelo de entidade familiar, versando sobre o tema de família com a forte influência da Carta Magna, que em seu artigo 226, §5º, aboliu a expressão pátrio poder substituindo pelo poder familiar, que trata - se da divisão entre os pais em razão da sua prole.

Apesar do Código Civil dispor da sua nascença defasada, trouxe consigo várias inovações como, por exemplo, a sua forma de apresentação, normatizando primeiramente as relações pessoais para depois normatizar as patrimoniais, privilegiando aquelas a estas, ao contrário do Código Civil de 1916, onde era o inverso, primeiro normatizava - se os bens para depois normatizar as relações pessoais, conforme afirma DIAS (2015, p. 324) que “as transformações mais recentes por que passou a família, deixando de ser unidade de caráter econômico, social e religioso para se afirmar fundamentalmente como grupo de afetividade e companheirismo, imprimiram considerável reforço ao esvaziamento biológico da paternidade”.

O Código Civil ampliou o conceito de parentesco civil, passando a ser parente todo aquele que se incorpore à família, inerente a relação de consanguinidade. Em seu artigo 1593, ele abriu uma possibilidade para reconhecer a filiação socioafetiva, quando menciona que a família poder ser constituída por “outra origem”: “O parentesco é natural ou civil, conforme resulte da consanguinidade ou outra origem”.

É notória a extrema necessidade de se estabelecer uma visão mais humanista ao Direito de Família, destacando o papel da Lei Maior como filtro hermenêutico e valorativo que possibilita uma análise das relações familiares com base em condições que facilitam o exercício dos direitos fundamentais e a exteriorização livre dos aspectos da intimidade e personalidade dos constituintes, sendo isto demonstrado através da socioafetividade, tratando-se da relação baseada no afeto e não somente na ordem biológica. Assim explica Welter apud Dias (2015, p. 406), quando diz:

A filiação que resulta da posse do estado de filho constitui modalidade de parentesco civil de "outra origem", isto é, de origem afetiva (CC 1.593). A filiação socioafetiva corresponde à verdade aparente e decorre do direito à filiação. A consagração da afetividade como direito fundamental subtrai a resistência em admitir a igualdade entre a filiação biológica e a socioafetiva.

Assim como o art. 1596 invalidou a diferenciação entre filhos, trazendo a igualdade em sua totalidade a letra do artigo 227 da CF: “Os filhos havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”, regrando implicitamente, portanto, os princípios da afetividade e igualdade.

DIAS afirma que o que rege a família, portanto, não é mais o caráter biológico, o científico, o que se é definido em laboratório nas relações, pois o ser humano é muito maior que isso. A formação de uma pessoa, as decisões que ela venha a tomar, as suas relações interpessoais não pode se definir de acordo com verdades racionais e científicas, mas levando em consideração suas verdades emocionais. (DIAS, 2015, p. 35).

Os princípios da afetividade e o de igualdade são constitucionalmente assegurados, quando se tem uma relação familiar e este com igualdade entre os filhos. Embora implícito na Carta Magna se presume como um dever jurídico, entre pais e filhos nas suas relações, pois o afeto é resultante de um sentimento totalmente voluntário, que não possui interesses pessoais e nem tão pouco

materiais, é oriundo do próprio convívio parental, formado pelo vínculo no seio familiar.

Na concepção de GONÇALVES (2012, p. 22) o princípio da afetividade, também chamado de princípio da comunhão plena de vida está baseado na afeição entre os cônjuges ou conviventes tendo como relação o aspecto espiritual da entidade familiar e com o companheirismo que nela deve haver, sob o ponto de vista da necessidade de torná-la mais humana.

Como afirma DIAS, a lei e a justiça não poderiam ficar inertes no que tange a esse quadro novo, pois, com os novos efeitos jurídicos a biologicidade passa a ser vista apenas como uma verdade científica, porém ela não consegue descrever os sentimentos geridos nas relações que constituem uma família. O fator que rege a partir de agora é a presença do vínculo de afeto. Quem cuida com zelo, amor, atendendo as necessidades, assegurando um ambiente saudável e isso independe de um vínculo biológico, atendendo o preceito constitucional de assegurar a crianças e adolescentes na convivência familiar. (DIAS, 2015, p. 36).

São laços que envolvem pessoas sem nenhum grau de parentesco ou de sangue, mas que existem como forma de manter a estabilidade familiar, emocional, financeira, preservando ao elo da afetividade. Ainda acrescenta a mesma autora, que a filiação socioafetiva tem como fundamento a tutela da personalidade humana, sendo fundamental a formação da identidade e a definição da personalidade. (DIAS, 2015, p. 406).

FUJITA (2010, p. 475) conceitua filiação socioafetiva como aquela relação sólida que existe entre pai(s) e filho(s), entre mãe(s) e filho(s), onde não existe nenhum tipo consanguinidade entre eles. Seja a paternidade biológica ou não, a mesma não poderá ser exercida sem a presença da afetividade, pois é ela quem dirige a relação. E estabeleceu regras para ter a filiação socioafetiva reconhecida, a doutrina vem apontando três condições básicas: se o filho é criado, educado e apresentado como filho pelos pais (*tractatus*), se utiliza o nome da família, se ele a apresenta como tal (*nominatio*) e se há um conhecimento diante da sociedade como membro da família de seus pais (*reputatio*). Decorrendo a filiação socioafetiva da posse do estado de filho e corresponde à verdade aparente.

Por conseguinte, se atender aos três requisitos, até mesmo rompendo com o quesito convivência, jamais se separará um vínculo uma vez ora criado. Quando

reconhecido esse vínculo da maternidade ou da paternidade socioafetiva, produzirá efeitos, tanto no que tange a matéria patrimonial, como também pessoal, intitulado de parentesco socioafetivo, possuindo todos os direitos, com base na aplicação do princípio da solidariedade, baseando-se na dignidade da pessoa humana. Infere-se que o Estado passou a reconhecer o vínculo afetivo em consequência de novas espécies de família, vindo a se firmar uma jurisprudência, reconhecendo filiação socioafetiva, constituindo obrigações e direitos das partes envolvidas.

Diversas são as dissensões sobre o assunto, como, por exemplo, nos casos em que ocorre o reconhecimento oficial da filiação socioafetiva em favor de terceiro, mas o pai biológico mantém a relação assistencial de alimentos com o filho, assim surgindo, a paternidade meramente alimentar.

Acerca do exposto, ROLF MADALENO (2006, apud GAGLIANO e PAMPLONA, 2011, pg. 635), ensina que:

Em tempos de verdade afetiva e de supremacia de interesses da prole, que não pode ser discriminada e que tampouco admite romper o registro civil da sua filiação já consolidada, não transparece nada contraditório estabelecer nos dias de hoje a paternidade meramente alimentar. Nela, o pai biológico pode ser convocado a prestar sustento integral a seu filho de sangue, sem que a obrigação material importe em qualquer possibilidade de retorno à sua família natural, mas que apenas garanta o provincial efeito material de assegurar ao filho rejeitado vida digna, como nas gerações passadas, em que ele só podia pedir alimentos do seu pai que era casado e o rejeitara. A grande diferença e o maior avanço é que hoje ele tem um pai de afeto, de quem é filho de coração, mas nem por isso libera o seu procriador da responsabilidade de lhe dar o adequado sustento no lugar do amor. É a dignidade em suas versões [...]. GAGLIANO e PAMPLONA, 2011.

Já o STJ tem se posicionado favoravelmente no que tange ao reconhecimento de uma relação entre pais e filhos socioafetivos, porém, a ministra Nancy Andrighi, se posicionou e afirmou que existe diferenciação sobre o conceito de paternidade biológica da paternidade socioafetiva, todavia, isso não significa dizer que, o não reconhecimento de uma extinga a possibilidade de admitir a outra. A seguir, colaciona-se julgado pátrio a respeito do tema:

RECURSO ESPECIAL Nº 878.941 - DF (2006/0086284-0) EMENTA: RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO SANGÜÍNEA ENTRE AS

PARTES. IRRELEVÂNCIADIANTE DO VÍNCULO SÓCIO-AFETIVO.- Merece reforma o acórdão que, ao julgar embargos de declaração, impõe multa com amparo no art. 538, par. único, CPC se o recurso não apresenta caráter modificativo e se foi interposto com expressa finalidade de pré-questionar. Inteligência da Súmula 98, STJ.- O reconhecimento de paternidade é válido se reflete a existência duradoura do vínculo socioafetivo entre pais e filhos. A ausência de vínculo biológico é fato que por si só não revela a falsidade da declaração de vontade consubstanciada no ato do reconhecimento. A relação socioafetiva é fato que não pode ser, e não é, desconhecido pelo Direito. Inexistência de nulidade do assento lançado em registro civil.- O STJ vem dando prioridade ao critério biológico para o reconhecimento da filiação naquelas circunstâncias em que há dissenso familiar, onde a relação socioafetiva desapareceu ou nunca existiu. Não se pode impor os deveres de cuidado, de carinho e de sustento a alguém que, não sendo o pai biológico, também não deseja ser pai socioafetivo. A contrario sensu, se o afeto persiste deforma que pais e filhos constroem uma relação de mútuo auxílio, respeito e amparo, é acertado desconsiderar o vínculo meramente sanguíneo, para reconhecer a existência de filiação jurídica. Recurso conhecido e provido. (STJ – Resp: 878941 DF 2006/008628-4, Relator: Ministra Nancy Andrighi, data da publicação: 17/09/2007).

Portanto, a união que rege pais e filhos, marido e mulher, estão hoje permeados pelos laços da afetividade, zelando pela entidade familiar num prisma da busca do amor e afeto. A afetividade vem sendo abordada como um princípio jurídico, decorrente da nossa Constituição, a partir do momento em que modificou – se o modelo de família, trazendo a equiparação de forma igualitária os filhos biológicos com os que não são. Conforme relata LÔBO, a nossa Constituição Brasileira fomenta a existência de três fundamentos que são essenciais para o princípio da afetividade: Independente da sua origem, todos os filhos são iguais (art. 227, §6º); o alcance de igualdade de direitos mediante a adoção (art. 227, §§5º e 6º) e a entidade familiar que fosse formada por qualquer um dos pais e seus descendentes, com inclusãodos adotivos, com sua dignidade devidamente resguardada (art. 226, §4º). (LÔBO, 2002, p.22).

Portanto, toda paternidade ou maternidade deve ser necessariamente socioafetiva, sem fazer distinção quanto a sua origem. LEITE discorre que baseando na CF, o Código Civil escancarou as portas de forma inédita para uma nova forma de parentesco, nem natural, nem civil, mas fundamentada no afeto. Pela primeira vez, na história do Direito de Família, se reconheceu as relações paterno-materno-filiais, capaz de gerar efeitos na ordem jurídica familiar. (LEITE, 2005, p. 93).

Destaca - se, portanto, que não deriva de relação biológica, ou vinculada pela genética, mas justificada por sentimento, e afeto entre pais e filhos. É a construção

de uma realidade fática e segundo discorre DIAS (2015, p. 46) é reconhecida a partir do momento em que “é reconhecido como filho de quem sempre considerou seu pai”.

OLIVEIRA (2002, p. 233) afirma que a socioafetividade, ela é baseada “no respeito de cada um por si e por todos os membros — a fim de que a família seja respeitada em sua dignidade e honorabilidade perante o corpo social — é, sem dúvida nenhuma, uma das maiores características da família atual”. Não tem como negar que o afeto tem se encontrado presente nas famílias, tendo como característica um tratamento e um relacionamento saudável e respeitoso mutuamente, tanto entre cônjuges, como também, para com os filhos que são vinculados não só pelo bioligicidade, mas sim, pelo amor, carinho, respeito e afeto.

Tratando de menores, é assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, de acordo com os artigos 28 ao 52 e também resguardado pelo Princípio da Proteção Integral da Criança e do Adolescente, princípio este, que é previsto e elencado na CF. De acordo com esse princípio, é possível compreender que a socioafetividade é uma situação no qual o indivíduo passa a assumir o papel de pai ou de mãe e outro sujeito passa a assumir o papel de filho(a).

Aponta GAMA (2003, pp. 482-483) que a relação de socioafetividade ocorre quando houver a constatação entre o(s) filho (s) e o(s) pai(s) possuindo vínculo baseado no afeto, pois, melhor pai ou mãe nem sempre é aquele que biologicamente ocupa tal lugar, mas a pessoa que exerce tal função, substituindo o vínculo biológico pelo afetivo.

2.2 Espécies de Filiação

No Direito Romano, como já citado anteriormente por BARRETO (2012, p. 209), a filiação era embasada no conceito de que eram legítimos os filhos que eram gerados na constância do casamento estabelecido entre um homem e uma mulher; trazendo o conceito de que eram filhos ilegítimos os filhos que eram gerados fora de uma união matrimonial previamente estabelecida, ou gerados por uma mãe solteira.

No Direito Romano e no direito brasileiro, os filhos que fossem gerados por indivíduos que não tinham uma união estabelecida na forma da lei, ou por pessoas

que não tinham vínculo algum, não poderiam dispor ao direito de reconhecimento jurídico, já que sua imagem era definida como proles ilegítimas.

Conquanto, com o advento da Carta Magna de 1988, o vínculo que era pregado entre a instituição do casamento e a questão da legitimidade perdeu força, fazendo com que abrisse espaço para se acolher novas uniões - não tendo tanta efetividade, pois, aquela época pós ditadura e a mentalidade arraigado no Código de 1966, impedia elas enxergassem novos horizontes - uniões independentes e por isso permitiam novas perfilhações, ensejando uma modificação positiva, trazendo ao campo jurídico brasileiro o princípio da afetividade, o qual tem como base principal o afeto destinado àquele que sobreveio das relações alheias ao matrimônio civil, dessa forma origem a hipótese de várias espécies diferentes de filiação dentre elas a biológica, civil e socioafetiva.

Hoje, os filhos não são apenas aqueles concebidos dentro do matrimônio, como podem ser também, aqueles que foram concebidos fora dele; aqueles que possuem vínculos jurídicos (adotados), e indo mais além, aqueles que não possuem vínculos biológicos e nem civil, mas, possuem vínculos afetivos, tornando os filhos socioafetivos.

FACHIN (2003, p. 29) traz que essa socioafetividade não é mais ou menos importante do que a biológica, mas, seria importante ressaltar que a realidade jurídica da filiação, também não é só pautada nos laços biológicos, mas, também, levando em consideração, o afeto que seria o elo entre pais e filhos, que se manifesta em subjetividade, perante a sociedade e a família.

A Constituição em seu art. 1.565, §2º e 226,§7º, permite que o casal decida livremente sobre as questões referentes ao planejamento familiar, resguardando também o direito do filho (a), independente da origem (biológico, civil ou afetivo), conforme estabelece o artigo 5º da CF, regendo o direito da dignidade da pessoa humana.

2.2.1 Filiação Jurídica

No Código Civil de 1916, a paternidade tinha como principal objetivo a moral familiar, sendo esta instituída pela Igreja, para que, dessa forma quando houvesse a

ocorrência de algum tipo de conflito relacionado filhos biológicos, a própria presunção de paternidade conseguisse resolver o conflito. Sendo muito mais importante a verdadeira consolidação da família, do que saber a verdadeira realidade dos fatos, porém, quando a paternidade dizia respeito a filhos gerados fora da união estabelecida entre um homem e uma mulher, não se caracterizava a presunção, dessa forma era necessário que houvesse um reconhecimento da paternidade através de um reconhecimento voluntário, que quase nunca ocorria, pois feria a moral e os bons costumes instituídos pela Igreja.

RAMOS (2008, p.22) afirma que apenas os filhos legítimos (quando eram reconhecidos de fato pelos pais, ou se procedessem à investigação de paternidade ou maternidade) e os filhos naturais, poderiam dispor de relações jurídicas fundamentadas na parentalidade, ocorrendo que os filhos “espúrios” eram totalmente excluídos de qualquer tipo de proteção jurídica já que havia a previsão de investigar a sua parentalidade, mas se utilizavam – se do argumento da necessidade de resguardar a paz doméstica; a estabilidade dos casamentos; a tradição das famílias; a moralidade que a igreja instituída; a repressão aos escândalos que poderiam surgir se de fato o estabelecimento dos vínculos de paternidade-maternidade-filiação fossem comprovados, resguardando os valores éticos e morais de um determinado tipo de família e se omitindo a resguardar direitos de outro tipo de modelo de família não convencional a época, mas que se dispusera dos mesmos direitos.

Com a Constituição de 1988, o princípio da igualdade veio acabar com essa disparidade de desigualdade entre os filhos. Baseado na Constituição Federal, no ano de 1992, foi instituída a lei 8560/92 que dá o reconhecimento dos filhos que foram concebidos fora do casamento, trazendo uma regularidade sobre a investigação da paternidade, como também instituem direitos e deveres. Em 2002 o Código Civil reforçou o que já vinha sendo estabelecido pela lei, dando mais visibilidade, reforçando ainda mais os direitos e deveres que outrora já haviam sido constituídos, abrindo, e, ampliando, a sua aplicação também para a filiação socioafetiva.

Já DIAS, dispõe que todas essas as mudanças no ordenamento jurídico, vieram refletir diretamente nos conceitos de filiação e de uma nova linguagem e

roupagem jurídica que defina a realidade social: filiação social, filiação socioafetiva, estado de filho afetivo. (DIAS, 2015, p.320).

A filiação jurídica no CC de 2002, traz em sua descrição disponibilidade de exercer direito de filho, os que forem concebidos de maneira natural como também de outra origem, tratando – se da adoção, a reprodução medicamente assistida heteróloga ou a filiação socioafetiva, conforme expressamente permite o CC, em seu art. 1.593, ao dispor que o parentesco pode ser tanto natural ou civil, conforme seja consequência de consanguinidade ou de uma outra origem.

LOBO (2009, p. 183) se refere aos tipos de parentescos, os que não são biológicos, a adoção, o derivado de inseminação artificial heteróloga e a posse do estado de filiação, que trata – se justamente da filiação socioafetiva. A filiação de natureza de outra origem seria aquela que não possui de fato uma origem genética, construída pela convivência, afeto, emocional e psicológica do filho que passa a enxergar e a ter o afeto como seus verdadeiros pais.

Afirma DIAS (2015, p.436) que é:

Inquestionável a vontade dos pais registral em assumir a paternidade/maternidade, não podendo ser aceito arrependimento posterior. Imperativo prestigiar a posse de estado de filho de que desfruta o registrado, na medida em que se configurou a filiação socioafetiva.

Portanto, a filiação jurídica se trata de direitos que o filho exerce de ser filho, juridicamente falando, que se materializará no registro público realizado pelos pais, servindo como prova da existência de uma filiação jurídica, adquirindo a presunção de veracidade através de sua publicidade, publicidade está feita através do registro público, que gerará possíveis direitos e deveres de forma imediata e, quando realizada, não poderá dispor do direito do arrependimento.

2.2.2 Filiação Por Adoção

PAIVA afirma que em 1828 pela primeira vez a nossa legislação trouxe a previsão da adoção, com influência cultural dos antepassados, como uma solução para resolver os problemas dos casais que eram inférteis (PAIVA, 2004, p. 23). Porém, mudanças legais foram ocorrendo conforme se passando o tempo, até que

em 1990 nasce o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, que trouxe um caráter humano e para a prática da adoção no Brasil colocando como prioridade não mais o casal que não poderiam gerar filhos, mas a garantia às crianças e adolescentes, como também seus direitos, dentre eles o de convivência familiar.

WEBER (2006, p. 157) sustenta que de acordo com a Lei de 1828, além da possibilidade da adoção ser permitida apenas em casos onde os casais não poderiam gerar filhos, poderia ser revogada a qualquer tempo e a criança que fosse adotada não perdia o vínculo com a família biológica. No ano de 1957, a Lei 3.133/57 trouxe algumas modificações, dentre elas, os casais que já possuísem filhos poderiam optar também adotar, porém, o filho adotado não gozaria do direito a herança.

PAIVA atesta que a partir da lei Lei 4.655 de 65, além dos casados, o que eram desquitados e viúvos também poderiam adotar e trouxe mudanças que foram significativas para a adoção: a chamada legitimação adotiva, que se constitui no filho adotivo ter todos os direitos legais do filho biológico com exceção do direito de herdar, e interrompia totalmente o vínculo com a família biológica e gerando a irrevogabilidade da adoção somente nos casos que envolvesse crianças que foram abandonadas até os sete anos de idade ou o qual não se tinha conhecimento da sua origem.

Somente com a Constituição Federal de 1988 que trouxe um tratamento igualitário para todos os filhos, os havidos ou não do casamento, ou por adoção. Alicerçando, portanto, no ECA, que aboliu a adoção simples, ampliando a adoção para todos os menores de 18 anos de idade, garantindo irrevogabilidade do seio da família adotiva, sob a condição de filho, assegurando os mesmos direitos que os filhos biológicos, como também rompendo todos vínculos com a família de origem. Estende-se também o direito de adotar à todos os maiores de 18 anos de idade, independente de qual seja o seu estado civil ou suas condições de fertilidade.

PEREIRA conceitua a adoção como aquela que através do negócio jurídico, promovida pela sentença judicial, incorpora alguém na família do adotante, como filho fosse, sendo independentemente a existência de uma relação consanguínea, usufruindo o adotado de todos os direitos e deveres que são inerentes à filiação. (PEREIRA, 2004, p.392).

Adoção, na concepção de CUNHA (2009, p.56) é o efeito ou ato que aceita, assume, uma forma que estabelece uma relação de filiação sem que haja um laço natural. Já na visão BEVILÁQUA (1976, p.351) é o ato civil onde uma pessoa aceita um estranho como filho. Por fim, RODRIGUES (2002, p.380) descreve a adoção como trazendo para a sua família, através do ato de adotante e na condição de filho, pessoa que lhe é desconhecida.

Nesse sentido, FRANÇA, conceitua a adoção como um instituto que protegerá à personalidade. Essa proteção levará efeitos através do estabelecimento entre pessoas – o adotado e o adotante – um vínculo civil que será de paternidade (e/ou maternidade), juntamente com o de filiação. (FRANÇA, 1993, p.123).

GOMES afirma que a adoção é o ato jurídico que é estabelecido sem precisar de um fator natural (procriação) ou vínculo de filiação. (GOMES, 2001, p.324). Porém, TAVARES ressalta que deve considera – se os interesses daquele que foi adotado e não as carências do adotante, como por exemplo, a necessidade de uma companhia. (TAVARES, 2006, p.55).

Segundo WEBER (2001, p. 181), nos anos 80 do século XX, era corriqueira a prática ilegal de registrar como filho uma criança que era nascida de outra pessoa e não passava pelos trâmites legais, ou seja, era o registro feito diretamente em cartório, mais conhecida como adoção à brasileira, nessa época, chegaram a ser cerca de 90% das adoções. Mesmo nos dias de hoje, tendo legislação que o proíba, ainda se encontram casos de pessoas que realizam este tipo de adoção, ou alegando que desconhece a ilegalidade ou porque não quer esperar a burocracia dos trâmites.

O Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba elaborou uma cartilha no ano de 2017 para esclarecer a população Paraibana de como se deve adotar e quais os procedimentos corretos. Na cartilha, consta como funciona o processo de habilitação:

Primeira etapa: Os interessados deverão comparecer à Vara da Infância e Juventude do local de sua residência comportando a seguinte documentação: Cópia autenticada da Identidade;

- Cópia autenticada do CPF;
- Cópia autenticada da Certidão de Nascimento, sesolteiro; ou Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
- Comprovante de residência;
- Comprovante de rendimentos ou declaração equivalente;

- Atestado médico de sanidade física;
- Atestado médico de sanidade mental (emitido por médico psiquiatra);
- Comprovantes de inexistência de antecedentes judiciais civil e criminal;
- Comprovante de inexistência de antecedentes criminais;
- Uma foto 10x15 dos requerentes (incluindo filhos, se houver);
- Certidões de Nascimento de todos os filhos (menores de idade), se houver;
- Certidão de Nascimento da criança ou do adolescente, em caso de adoção unilateral;
- E demais documentos que a autoridade judiciária solicitar. **Segunda etapa:** Será realizada uma entrevista dos interessados pela equipe técnica da Vara da Infância e da Juventude, composta por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, a qual visa conhecer as motivações e expectativas dos candidatos em relação ao processo de adoção. A partir daí, serão conhecidas as características das crianças/adolescentes desejados, sendo possível escolher o sexo, a faixa etária, o estado de saúde, os irmãos etc. **Terceira etapa:** Os interessados serão encaminhados para participarem de um curso de preparação psicossocial e jurídica para adoção, organizado pela equipe da Vara da Infância e Juventude, ocasião em que receberão algumas orientações e conhecerão experiências de famílias que já passaram pelo processo. **Quarta etapa:** Será realizado um estudo psicossocial pela equipe interdisciplinar que realizará uma visita à residência da pessoa ou casal interessado em se habilitar à adoção. Posteriormente, com base nas informações obtidas, será emitido um parecer. **Últimas etapas:** Parecer do Ministério Público e decisão do Juiz da Infância e da Juventude quanto ao pedido de habilitação para adoção. Por fim, em caso de decisão positiva, os dados do(s) requerente(s) serão incluídos no Cadastro Nacional de Adoção. Se houver alguma criança/adolescente disponível no perfil escolhido, a equipe técnica da Vara realizará um contato para saber a disponibilidade do(s) requerente(s) para iniciar um estágio de aproximação. Se não houver, o(s) requerente(s) aguardará(ão) na fila.

O Código Penal Brasileiro prevê crimes Contra a Família, contidos nos artigos 235 ao 249. Essas condutas são tipificadas como crime com intuito de proteger a entidade familiar, que em toda a nossa legislação é extremamente protegida. Dentre esses artigos, existe um específico que trata sobre a adoção à brasileira, que é o artigo 242 que afere crime:

Contra o estado de filiação dar parto alheio como próprio, registrar como seu o filho de outrem, ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil. Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

No que concerne ao início do prazo prescricional, ela é contada de forma diferenciada, conforme trás o artigo 111 do CP que a “prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr: [...]IV - nos de bigamia e nos de falsidade ou alteração de registro civil, da data em que o fato se tornou conhecido”. Porém, alega ABREU (2002, p. 45 e 47) que o crime de adoção à brasileira não

prescreve normalmente após dez anos. Ele só prescreverá dez anos ao contarda data em que foi conhecido pela autoridade pública.

Caso seja confirmado este crime durante a instrução do processo, poderá ocorrer o cancelamento do registro daquele que foi adotado, ele poderá voltar para a família biológica, ressalvando nos casos em que não souber onde ela se encontra, o mesmo será levada a casa institucional onde deverá passar pelo processo legal da adoção previsto no ECA, conforme Abreu (2002, p. 45) confirme que caso o registro seja falso, ela poderá ser objeto de ação civil pública e anulação do ato jurídico.

Com base na proteção que é conferida à manutenção da paternidade/maternidade socioafetiva, mesmo não estando em concordância com a lei nos casos de adoção á brasileira, mas vislumbrando a proteção da família segundo os laços afetivos, principalmente quando envolvem crianças e adolescentes, mesmo que os pais adotivos venham a ser julgados e condenados, neste caso, poderá ser concedido perdão judicial, levando em consideração o bem da criança, pois observa – se que, retirar a criança de um local que ela já está inserida afetivamente, seria puni – la duas vezes, além de ser bastante traumático. Nestes casos, os tribunais tem entendido e concedido uma flexibilização ao procedimento legal para que assim, os pais tenham o direito real da filiação regularizando a situação conforme julgou o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

ABANDONO DOS PAIS CONFIGURADO. CRIANÇA QUE CONTA ATUALMENTE COM CINCO ANOS DE IDADE, PLENAMENTE ADAPTADA À NOVA FAMÍLIA substituta DESDE OS PRIMEIROS MESES DE VIDA. Cadastro de pretendentes (eca, art 50), situação peculiar que recomenda a flexibilização. EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS SOCIOAFETIVOS CAPAZES DE SE SOBREPOR A QUESTÕES FORMAIS. TJ-RS (Nº do processo: 70039310271. Relator: Luiz Ari Azambuja Ramos. 16-12-2010)

Salienta PEREIRA que a adoção tem como base os laços afetivos que ao ser inserido o adotando na vida familiar, agrega – o de forma plena. Trazendo a reflexão de quantos parentes, que mesmo sendo de graus próximos, preferem manter distância um do outro nutrindo ódios recíprocos. O que se deve ser levado em conta é a realidade da convivência, da amizade, da assistência, afeição, da simpatia e da empatia. (PEREIRA, 1986. p.125).

VENOSA (2004, p 282.) afirma sobre assunto que deve ser:

Lembrado, porém, que a cada passo, nessa seara, sempre deverá ser levado em conta o aspecto afetivo, qual seja, a paternidade emocional, denominada socioafetiva pela doutrina, que em muitas oportunidades, como nos demonstra a experiência de tantos casos vividos ou conhecidos por todos nós, sobrepuja a paternidade biológica ou genérica. A matéria é muito mais sociológica ou psicológica do que jurídica. Por essas razões, o juiz de família deve sempre estar atento a esses fatores, valendo-se, sempre que possível, dos profissionais auxiliares, especialistas nessas áreas.

Assim, baseando – se nos princípios que norteiam o Estatuto da Criança e do adolescente, pode-se dizer que o legislador garante a segurança do menor adotado, autorizando a sua permanência com aqueles com quem se criou vínculos afetivos, possibilitando, portanto, a regularização do processo de adoção e protegendo a família com base nos laços afetivos.

2.2.3 Filiação Socioafetiva consistente no “Filho de Criação”

Para entender sobre a filiação socioafetiva consistente no filho de criação, se faz entender-se inicialmente sobre a posse do estado de filho. GOMES conceitua a posse do estado de filho como sendo um conjunto de circunstâncias que seja capaz de demonstrar a condição de filho daquele casal que educa e se perfaz a criação. (GOMES, 1999, p.324).

PEREIRA (2010, p. 376) defende que a posse do estado de filho seria o investigador desfrutar de uma situação que tenha equivalência a de filho. LOBO (2004, p.49) afirma que a posse de estado de filho se constitui a partir do momento que uma pessoa assume o papel de filho com aquele ou aqueles que assumem os papéis de pai ou mãe, possuindo ou não algum tipo de laço biológico.

Já BOEIRA (1999, p.60) descreve a posse de estado de filho como uma relação afetiva, íntima e duradoura, se portando a sociedade como se filho fosse e possuindo um tratamento de uma relação paterno-filial, onde haja o chamamento de filho e o chamamento de pai. Entende NOGUEIRA (2001, p.112-113), como uma relação de afeto, íntimo e duradouro, que seja externado, com reconhecimento social, onde o investigador e o investigado se comportem como filho e/ou pai/mãe, exercendo os direitos e assumindo as obrigações que a relação assim os determina.

PEREIRA destaca a necessidade de estar em alerta para se assegurar que a relação deve se tratar se há de fato uma posse de estado, ou se esta relação se vinculou apenas de uma solidariedade humana, misericórdia cristã ou sobre algum tipo de sentimento de amizade, que levaram a relação ser baseada sobre alguns cuidados de pai, mas não de fato a uma paternidade. (PEREIRA, 2010, p. 376).

Segundo GOMES (1999, p.324), em nome da segurança jurídica é preciso traçar alguns elementos que constitua a posse de estado de filho, ocorrendo nessas circunstâncias: a) sempre possuir o nome daqueles que presumem ser os genitores; b) possuir um tratamento contínuo de filho; c) ser constantemente reconhecido através dos pais presumidos como filho, como também pela sociedade.

BOEIRA afirma que de forma majoritária a doutrina reconhece que o fato do filho nunca ter utilizado do nome do pai e/ou mãe, não diminui a posse de estado de filho, desde que os outros dois requisitos estejam presentes. Sendo esses dois requisitos elementos suficientes no que diz à caracterização da posse. (BOEIRA, 1999, p. 60).

NOGUEIRA (2001, p. 118) cita quanto à duração do estado da posse filho, ela tem durabilidade condicionada relacionada através da existência e da força, sem duração ela não tem configuração, pois, é através da convivência no dia a dia, que ela é construída e solidificada. Ela ainda requer o mínimo de duração dos atos repetidos, que venham atestar a sua estabilidade, pois a posse de estado de filho pressupõe a habitualidade e a estabilidade.

WELTER (2003, p. 183) afirma que a doutrina se posiciona contrariamente à fixação de um prazo mínimo no que tange a caracterização da posse de estado de filho, sendo necessário analisar o caso concreto. O legislador não poder estabelecer prazos mínimos para caracterizar a paternidade ou/e maternidade, porque estaria de algum modo, ocultando e não permitindo a filiação, que só poderia ser visualizada analisando o caso concreto, apreciando três temporalidades: o passado, o presente e o futuro.

No que se refere à filiação de criação, PAIVA (2004, p.12) vem relatar que esse tipo de filiação se deu mediante a história da adoção “informal” é presenciada desde a colonização. Ela se iniciou com o intuito dos mais ricos fazer caridade, conforme pregava a Igreja Cristã, dando assistência aqueles que eram mais pobres. Era algo comum presenciar dentro da casa filhos de terceiros que eram chamados

de "filhos de criação", onde ele não tinha uma situação formal dentro do seio da família que o "acolheu". Não se demonstrava um interesse genuíno, este filho simplesmente ocupava um lugar onde era diferenciado, sempre de forma diferente, aos filhos biológicos. Ele dormia, comia, usava todas as dependências da mesma forma que os membros da família, porém, não possuía um quarto ou uma cama própria, nem tão pouco, a família que estava inserida poderia chamar de sua.

BITTENCOURT conceitua "filhos de criação" como aquele pertencente à outra pessoa, mas são educados, amados, protegidos, sustentados por outro que o considere como seu próprio filho e que se encontre sob sua guarda sem amparo da adoção. (BITTENCOURT, 2003, p.219). Possuindo o mesmo entendimento, VELOSO (1997, p.160), afirma que pai ou mãe é aquele que educa, repreende, orienta, veste, que ama, alimenta, acolhe, protege, e cria. O "pai e/ou mãe de criação" possuirá a posse de estado em relação ao seu "filho de criação". Aquele que cria, o que passa a ficar no lugar do pai, possuirá direitos como também deveres relacionados à criança, sempre observando o for melhor para ela.

Alguns Tribunais têm se posicionado com relação à filiação socioafetiva do estado de filho afetivo sendo considerando como filho de criação e concedendo os efeitos jurídicos:

AÇÃO DECLARATÓRIA. ADOÇÃO INFORMAL. PRETENSÃO AO RECONHECIMENTO. PATERNIDADE AFETIVA. POSSE DO ESTADO DE FILHO. PRINCÍPIO DA APARÊNCIA. ESTADO DE FILHO AFETIVO. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. PRINCÍPIOS DA SOLIDARIEDADE HUMANA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. ATIVISMO JUDICIAL. JUIZ DE FAMÍLIA. DECLARAÇÃO DA PATERNIDADE. REGISTRO. A paternidade sociológica é um ato de opção, fundando-se na liberdade de escolha de quem ama e tem afeto, o que não acontece, às vezes, com quem apenas é a fonte geratriz. Embora o ideal seja a concentração entre as paternidades jurídica, biológica e socioafetiva, o reconhecimento da última não significa o despreço à biologização, mas atenção aos novos paradigmas oriundos da instituição das entidades familiares. Uma de suas formas é a "posse do estado de filho", que é a exteriorização da condição filial, seja por levar o nome, seja por ser aceito como tal pela sociedade, com visibilidade notória e pública. Liga-se ao princípio da aparência, que corresponde a uma situação que se associa a um direito ou estado, e que dá segurança jurídica, imprimindo um caráter de seriedade à relação aparente. Isso ainda ocorre com o "estado de filho afetivo", que além do nome, que não é decisivo, ressalta o tratamento e a reputação, eis que a pessoa é amparada, cuidada e atendida pelo indigitado pai, como se filho fosse. O ativismo judicial e a peculiar atuação do juiz de família impõe, em afago à solidariedade humana e veneração respeitosa ao princípio da dignidade da pessoa, que se supere a formalidade processual, determinando o registro da filiação do autor, com veredicto declaratório nesta investigação de paternidade socioafetiva, e todos os seus

consectários. APELAÇÃO PROVIDA, POR MAIORIA. BRASIL. (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível 70008795775. Rel. José Carlos Teixeira Giorgis, 23 de junho de 2004).

A filiação de criação versa sobre uma adoção de modo informal, não podendo ser caracterizado como filhos adotivos, já que não consta no ordenamento jurídico, nem passa por procedimentos judiciais, como também, não se fala de uma adoção ilegal porque não se obtém registro. A legislação também não faz uma equiparação aos filhos biológicos, para que se obtenham automaticamente os efeitos jurídicos, restando à interpretação de casos concretos das doutrinas e jurisprudência.

2.2.4 Filiação Socioafetiva e a Multiparentalidade

FUJITA discorre que as relações nas famílias não atendem unicamente ao fator biológico, mas, fazendo jus a valores sociológicos, sendo uma moldura a ser preenchida, não somente com abstrações e conceitos jurídicos, mas preenchendo coma vida, onde as pessoas espelham os sentimentos. (FUJITA, 2010, p. 497).

FARIAS E ROSENVALD consideram a multiparentalidade a partir do momento em que afirmam o parentesco como fatores biológicos e os socioafetivos com a finalidade de trazer um desenvolvimento no âmbito pessoal, como também no social. (FARIAS E ROSENVALD, 2012, p.665).

MOREIRA afirma com base na multiparentalidade, nada impede que uma criança obtenha dois pais e/ou duas mães, pois, o modelo de família não se resume em apenas três membros. Não existe impedimento para que a comunidade familiar viva de forma plural, baseando - se no afeto. (MOREIRA, 2015. p.349-367).

O Informativo n. 840 do Supremo Tribunal Federal publicou a tese de repercussão geral e suas motivações:

A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios. Com base nesse entendimento, o Plenário, por maioria, negou provimento a recurso extraordinário em que se discutia a prevalência da paternidade socioafetiva sobre a biológica. [...] O espectro legal deve acolher tanto vínculos de filiação construídos pela relação afetiva entre os envolvidos quanto aqueles originados da ascendência biológica, por imposição do princípio da paternidade responsável, enunciado expressamente no art. 226, § 7º, da CF. Dessa forma, atualmente não cabe decidir entre a filiação afetiva e a

biológica quando o melhor interesse do descendente é o reconhecimento jurídico de ambos os vínculos. [...] Todos os pais devem assumir os encargos decorrentes do poder familiar, e o filho deve poder desfrutar de direitos com relação a todos não só no âmbito do direito das famílias, mas também em sede sucessória. [...] O ministro rememorou, ainda, que havia, no caso, uma paternidade socioafetiva que persistiu e persiste. E, como não pode ser considerada menos importante do que qualquer outra forma de paternidade, ela deve ser preservada. (RE 898060/SC, rel. min. Luiz Fux, julgamento em 21 e 22-9-2016).

O Supremo, portanto, vem reconhecendo pluriparentalidade ou multiparentalidade, ou seja, a possibilidade de se obter dois pais (de maneira socioafetiva e biológica), pois, se houvesse recusa, feriria o princípio da paternidade responsável previsto no art. 226, §7º, da CF, caso permitisse que o pai biológico não cumprisse mais suas obrigações pelo simples fato de ter um socioafetivo. A presença de um não anula a responsabilidade do outro, abrindo estão precedentes para o reconhecimento da filiação socioafetiva no que se consiste no filho de criação.

2.3A Função dos Pais Socioafetivos

Os pais socioafetivos, executam um papel bastante importante na vida dos seus filhos, e, portanto, precisam se fundamentar na diferenciação entre pai e genitor e no que se diz respeito no direito ao reconhecimento da filiação, entendendo, portanto por pai aquele que protege, educa e cuida do seu emocional. MAIDANA afirma que o pai ou a mãe socioafetivo (a) será todo aquele que caso deseje ter um filho, acolhe-o em sua vida, tendo o dever de providenciar a criação, os cuidados e o bem estar conforme o ser humano necessita para ajudar em seu desenvolvimento e construção da sua individualidade e do seu caráter. (MAIDANA, 2004, p. 98).

LÔBO discorre sobre a responsabilidade da paternidade ou a maternidade socioafetiva com fundamentação na Constituição Federal, que possui um princípio basilar, tratando - se do Princípio da Proteção Integral da Criança e do Adolescente, onde surge uma verdade sociológica, que está fundamentada no estado de filiação, que independem do vínculo biológico. (LÔBO, 2004, p.510).

Encontramos este princípio no artigo 227 da CF juntamente com o artigo 4º do ECA que é dever da família, assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem com

uma absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 22 discorre que “Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais”. Como também seu art. 33 que “A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais”.

D’ANTONIO traz que para uma política que seja integral sobre as crianças e os adolescentes devem necessariamente, harmonizar com uma política familiar, já que a família é um elemento básico de construção para preparar a personalidade dos mesmos. (D’ANTONIO, 2009, p.8).

Caso os pais descumpram com as suas funções, algumas punições tem sido apontadas nos artigos 24 do ECA e no 1.638 e incisos do Código Civil, vejamos:

Art.24: A perda e a suspensão do pátrio poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como nas hipóteses de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o artigo 22.

Art. nº 1638: Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que:

- I- Castigar imoderadamente o filho;
- II- Deixar o filho em abandono;
- III- Praticar atos contraditórios a moral e aos bons costumes;
- IV- Incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente.

O Código Penal em seu artigo 244, também traz consigo suas punições referentes ao descumprimento de suas funções:

Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País. (Redação dada pela Lei nº 5.478, de 1968)

Parágrafo único - Nas mesmas penas incide quem, sendo solvente, frustra ou ilide, de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprego ou função, o pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada. (Incluído pela Lei nº 5.478, de 1968)

Porém, vale ressaltar que essa perfilhação ainda gera discussões no âmbito jurídico, pois, ainda assim, observam - se divergências a respeito das questões patrimoniais, no entanto, a doutrina majoritária entende que é possível o filho possuir dos pais sócios afetivos e ter o direito a sucessão.

3 OS ASPECTOS JURÍDICOS PETINENTES AOS “FILHOS DE CRIAÇÃO”

O reconhecimento da paternidade/maternidade dos “filhos de criação” e a sua repercussão no ordenamento jurídico, ainda são uma problemática passível de várias discussões, tanto no âmbito da justiça, em suas decisões e jurisprudências, como entre os doutrinadores, para, assim, verificar-se uma unificação de tratamento diante da realidade social, dos diferentes tipos de constituição familiar, valendo ressaltar a subjetividade ora aplicada, na análise de caso a caso.

Nessa seara, no campo doutrinário, pode-se citar o jurista Pedro Welter, que entende que, na maioria dos casos, a filiação deriva da relação biológica, mas ela emerge da construção cultural e afetiva permanente, que se faz na convivência e na responsabilidade, assim expondo:

Frizamos com veemência que o afeto não é fruto da biologia. Os laços de afeto, carinho e de solidariedade derivam da convivência e não do sangue. A filiação socioafetiva pode até nascer de indício, mas toma expressão na prova; nem sempre se apresenta desde o nascimento vindo a florescer com o tempo [...]. WELTER, 2003, p. 233.

A atual jurisprudência manifesta-se no sentido que os princípios constitucionais devem preencher as lacunas existentes no Direito de Família, decorrente da família mutante, utilizando-se do fenômeno da posse de estado de filho, valorado em detrimento das questões patrimoniais. Dessa forma, prevalece no entendimento dos Tribunais, o afeto como um fator determinante e autônomo, da paternidade.

Dentre esses e outros entendimentos encontram-se inúmeros relatos no mesmo seguimento e é em busca dessa ampliação que é norteador o presente estudo do instituto de filiação e suas nuances diante de uma sociedade hipercomplexa, em constante transformação, onde a cada dia surgem novos anseios e necessidades, decorrentes dessa dinâmica social e cultural da atualidade.

3.1 O princípio da Afetividade como Fundamento para o Reconhecimento da Filiação

A afetividade é o princípio que fundamenta o Direito de Família nas relações socioafetivas. A filiação teve uma modificação quanto ao determinismo biológico para o afetivo, ao passo que as inúmeras relações existentes visam uniformemente ao bem-estar pessoal. O afeto é um sentimento desprovido de interesses pessoais e materiais integrando o vínculo familiar que embora implícito na Constituição, apresenta-se como um dever jurídico presumido nas relações entre pais e filhos.

Nas constituições da família moderna, o afeto é a essência da formação humana, surgindo com a convivência e proporcionando o desenvolvimento saudável. Pertinente se faz trazer ao estudo, o pensamento de Maria Christina de Almeida:

É fato que o elo biológico que une pais e filhos não é suficiente a construir uma verdadeira relação entre os mesmos. Basta verificar nas demandas de paternidade, que, muitas vezes, o filho conhece seu pai por meio de DNA, mas não é reconhecido por ele por meio do afeto. [...] É necessário construir o elo, cultural e afetivamente, de forma permanente, convivendo e tornando-se, cada qual, responsável pelo, dia após dia. Tais reflexões demonstram que se vive hoje, no Direito de Família contemporâneo, um momento em que há duas vozes soando alto: a voz do sangue (DNA) e a voz do coração (AFETO). Isto demonstra a existência de vários modelos de paternidade, não significando, contudo, a admissão de mais de um modelo deste elo a exclusão de que a paternidade seja, antes de tudo, biológica. Almeida, 2002, p.23.

A afetividade gera uma verdade social e a lei precisa garantir o respeito para as relações estabelecidas livremente, proporcionando assim, a liberdade de amar, mantendo-se a dignidade humana. Por isso, é o afeto que orienta a paternidade e forma a família. O Direito de Família lida com uma diversidade de relações interpessoais, pertencentes ao âmbito social, tentando solucionar conflitos, gerados em decorrência da divergência de interesses individuais. Na busca pela satisfação desses interesses, o poder estatal intervém, efetivando a norma existente e visando regular a relação familiar. No entanto, a norma existente ainda, não está pronta para atender a diversidade social, advinda de uma nova realidade da família brasileira.

A dignidade da pessoa humana é um princípio fundamental na CF/88, conforme art. 1º, inciso III e como já citado, no que tange ao Direito de Família, a Constituição dispõe em seu artigo 226, § 7º, que, o planejamento familiar está assentado no princípio da dignidade humana e da paternidade responsável. Ainda, no art. 227, prevê como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à

criança e ao adolescente, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, dentre outros.

E é com base constitucional que, se deve repensar o Direito, focando sempre a atual realidade social, adequando-se a norma ao fato ocorrido, considerando-se o novo contexto cultural existente nas modernas relações familiares, plúrimas e complexas, carentes de compreensão. Sabe-se que esse tema monográfico é inesgotável, em virtude do Direito ser mutante, e as novas instituições familiares surgem constantemente. A dinâmica social que rodeia o Direito de Família necessita de modificações constantes, em busca de efetivar a igualdade, a dignidade humana, promovendo o bem estar social de todos, indiscriminadamente.

Nesse diapasão, ainda encontra-se obstáculo, especialmente quanto ao sentimento de justiça para os filhos de criação, que nem sempre converge no mesmo conceito que prevê a norma. Ponto crucial está ainda em seu reconhecimento e sua forma de reconhecimento.

3.2 Direitos Derivados do Reconhecimento da Filiação Socioafetiva

Existem duas formas que possibilitam o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva: a decorrente de uma decisão judicial ou pelo espontâneo e livre reconhecimento por ato praticado pelo suposto pai/mãe em sede de catório, conforme prevê o provimento 63 do CNJ. A do livre reconhecimento se dará com a certidão de nascimento sendo como meio oficial e hábil para comprovar a filiação. Por se tratar da socioafetividade, para que gere os efeitos desta filiação, é necessário que seja dada publicidade através do assentamento de nascimento. Neste sentido, PÓVOAS afirma que:

[...] pela certidão extraída do registro comprova-se a filiação de forma direta, conforme dicção do art. 1.603, do Código Civil. O registro não é a única, mas é a mais fácil maneira de se provar a paternidade/maternidade, servindo de base para vários atos da vida civil, inclusive os garantidores de direitos dos menores – previdenciários, por exemplo – pois estabelece de forma incontestável por terceiros a relação paterno/materno filial. Póvoas, 2002, p.45.

O reconhecimento, seja ele voluntário ou judicial, produz efeitos *extunc*, ou seja, retroage até o dia do nascimento do filho ou mesmo da concepção se for de seu interesse.

Como leciona DINIZ:

Não se será pai em razão de uma decisão judicial, porque para sê-lo é preciso: a) querer bem a prole, estando presente em todos os momentos; b) ser o farol que o guia nas relações com o mundo; e c) constituir o porto firme que o abriga nas crises emocionais e nas dificuldades da vida. Pai é quem cria e educa. A relação paterno-filial não se esgota na hereditariedade, mas em fortes liames afetivos, numa trajetória marcada por alegrias e tristezas, podendo ser oriunda da verdade socioafetiva". Porém, no que tange ao reconhecimento voluntário o Provimento de nº 63 afirma que a relação de parentesco poderá ser decorrente de outra origem que não seja a consanguínea e que no nosso ordenamento jurídico respeita a proteção integral dos filhos, trazendo vedação a qualquer tipo de discriminação que diz respeito à filiação e sua origem. Diniz, 2015, p.243.

Atualmente, a caracterização do estado de filiação, determinante da socioafetividade, pode apresentar-se através de três elementos que se coadunam para existência da posse de estado de filho, quais sejam: os tratos dispensados ao filho, o nome ostentado do patronímico da família (ao qual o filho inseriu-se) e a fama que transpassa para sociedade em geral, com a exposição pública do vínculo paternal.

Hoje em dia, a nova vertente no Direito de Família é a socioafetividade, tendo por fundamento importante o princípio da dignidade humana como garantia nas relações afetivas, visando proteger os interesses do assegurado, onde os direitos dos pais cessam quando se iniciam os inerentes à criança, os quais são assegurados constitucionalmente.

A legislação civil traz em seus dispositivos, referências claras que exprimem a opção do legislador pela escolha da paternidade socioafetiva, sejam eles o art. 1.593, que abre a possibilidade de outra origem de paternidade, o art. 1.596, que determina igualdade entre os filhos sejam eles havidos ou não no casamento, ou seja, biológicos ou não.

Dessa forma, constatada a socioafetividade no âmbito familiar, não mais poderá ser desconstituída. A paternidade socioafetiva não pode ser revogada, uma

vez que, o que importa é a existência de um pai, a proteção, o cuidado, o amor dispensado ao filho, os laços afetivos constituídos diante do lar e da sociedade, que prevalecerão. Os fatos determinam as normas. Confira-se o que acentua NOGUEIRA:

O verdadeiro sentido nas relações pai-mãe-filho transcende a lei e o sangue, não podendo ser determinadas de forma escrita nem comprovadas cientificamente, pois tais vínculos são mais sólidos e mais profundos, são invisíveis aos olhos científicos, mas são visíveis para aqueles que não têm olhos limitados, que podem enxergar os verdadeiros laços que fazem de alguém um pai: os laços afetivos, de tal forma que os verdadeiros pais são os que amam e dedicam sua vida a uma criança, pois o amor depende de tê-lo e de dispor a dá-lo. Pais, conforto, sendo estes para os sentidos dela o seu "porto seguro". Esse vínculo, por certo, nem a lei nem o sangue garantem. NOGUEIRA, 2001, p.65.

Assim, na incidência de conflitos, deverá se sobrepor à paternidade socioafetiva, em virtude da relevância e imprescindibilidade do afeto, para possibilitar o exercício efetivo da paternidade, suprimindo a expectativa do filho que espera por seu reconhecimento e consequentemente, garantir os seus direitos adquiridos. No nosso ordenamento ainda traz algumas controvérsias no que se diz a respeito aos "filhos de criação" serem reconhecidos como filhos de seus pais socioafetivos e possuir os mesmos direitos que os filhos biológicos. Mesmo assim, há uma permissão doutrinária baseada na afetividade a ser discutido, como também, o reconhecimento desta filiação se baseando no acesso a Justiça e na legalidade, necessitando, portanto, de uma decisão judicial para o seu reconhecimento.

FUX, juntamente com ASSUMPÇÃO, afirma que para analisar objetivamente e dando um rendimento maior a cada caso, o processo será analisado individualmente, deixando da possibilidade do pedido jurídico ser algo condicionado a ação. A sentença que se baseando na lei revogada, consideraria uma carência de ação, perante o novo Código de Processo Civil, é de improcedência se resolvendo definitivamente a controvérsia. (FUX, Luiz e NEVES, 2016, p. 316).

A partir do reconhecimento dessa paternidade, o filho afetivo será detentor de direitos inerentes a perfilhação como, por exemplo, o patronímico da família, bem como todos os demais direitos atinentes a uma adoção, efetivando-se o princípio da igualdade entre os filhos, constitucionalmente protegido e assegurado. Além da CF de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu capítulo III, trata do direito

à convivência familiar, garantindo também a igualdade entre os filhos, havida ou não no casamento e caracteriza em seu artigo 22 a paternidade responsável, tendo os pais, o dever de prover economicamente e emocionalmente seus filhos independentemente da verdade biológica. Trata ainda, do reconhecimento do estado de filiação, constituído como direito personalíssimo indisponível e imprescritível.

O reconhecimento da paternidade socioafetiva não representa obstáculo à investigação da paternidade biológica, porém, uma vez estabelecida a socioafetividade, ela não mais deixará de existir, em prol de garantir os interesses e ao bem estar dos filhos afetivos.

Faz-se necessário que o legislador pátrio efetive as normas determinantes da afetividade, inserindo no ordenamento jurídico através de normas adequadas, dispositivos normatizadores das novas relações surgidas através do afeto, elevando a paternidade ou a maternidade dos filhos de criação. Deste modo, os tribunais vêm aceitando o reconhecimento dos filhos de criação na maneira em que juntem provas suficientes para constatar que de fato possuem um vínculo afetivo com seus pais socioafetivos, não sendo obrigatoriamente a prova da certidão de nascimento registrada com o seu nome, por trata – se de uma adoção informal como já posto, mas provas cabais que deixem claro o vínculo dessa relação:

APELAÇÃO CÍVEL. OITAVA CÂMARA CÍVEL. Nº 70032450900. COMARCA NÃO-ME-TOQUE. TJRS. RELATOR: DES. CLAUDIR FIDÉLIS FACCENDA. [...] O autor ajuizou a presente “ação de reconhecimento de paternidade socioafetiva” em desfavor dos herdeiros (filhos biológicos) do casal Jardelino Antunes de Souza e Eva de Souza, ambos falecidos, sustentando que foi criado pelos extintos desde os 06 (seis) meses de idade como sendo filho natural, razão pela tem o direito de ser reconhecido, além dos direitos hereditários. [...] Os estados de filiação não biológica referidos nas alíneas b e c são irreversíveis e invioláveis, não podendo ser contraditados por investigação de paternidade ou maternidade, com fundamento na origem biológica, que apenas poderá ser objeto de pretensão e ação com fins de tutela de direito de personalidade”. Já a posse do estado de filiação se verificará quando alguém assumir o papel de filho em face daquele que assumir o papel de pai ou mãe, independentemente do vínculo biológico. A posse do estado de filho é a exteriorização da convivência familiar e da afetividade entre as partes, havendo demonstração perante a sociedade da relação pai e filho. [...] Pelo que consta da prova dos autos, efetivamente, o apelante foi criado por Jardelino e Eva de Souza, desde que possuía seis meses de vida. Os documentos acostados à inicial, efetivamente, revelam que o recorrente foi criado pelo casal citado e os atestados de aproveitamento escolar do apelante, acostados às fls. 20 e seguintes, denotam que a responsável por sua vida escolar era a senhora “Eva de Souza”. As fotografias acostadas às fls. 30 e seguintes mostram o apelante em vários momentos, ao longo dos anos, na companhia da família afetiva, participando das mais diversas

comemorações. Verifica-se das fotografias da fl. 30 que o apelante, em sua crisma, ainda na infância, esteve acompanhado da família afetiva. [...]

Portanto, incube ao autor quanto constituinte do seu direito; ao réu quanto à demonstração da existência de um fato que seja impeditivo, extintivo ou modificativo ou de direito do autor ao ônus da prova, consoante com o artigo 373 do Código de Processo Civil, por não se tratar de um mero pedido judicial, mas de um caso complexo que precisam ser comprovados para o convencimento do Magistrado, para que seja realizada a diferenciação entre uma simples afeição da intenção maternidade/paternidade, conforme a decisão da jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL. OITAVA CÂMARA CÍVEL. Nº 70032450900. COMARCA NÃO-ME-TOQUE. TJRS. RELATOR: DES. CLAUDIR FIDÉLIS FACCENDA. [...] Pelo que se denota do contexto probatório, é muito provável que o recorrente tenha sido entregue ao casal Eva e Jardelino porque a família biológica não tinha condições financeiras para criá-lo. Aliás, como é de conhecimento, em décadas passadas, especialmente as anteriores às de setenta e sessenta, era comum, em famílias numerosas e de poucos recursos, deixarem alguns de seus filhos pequenos na casa de parentes ou de vizinhos para que fossem alimentados e vestidos e criados. Com o apelante não deve ter sido diferente, já que a prova dos autos denota que o pai biológico teria falecido quando a esposa estava grávida e, não tendo condições de sustentar mais um filho e estando sozinha, essa optou por deixar o apelante com um casal amigo e vizinho – Eva e Jardelino. No caso, embora se evidencie que Eva e Jardelino, de fato, trataram o apelante como filho, sabiam que enquanto menor, à época, sua guarda pertencia à Theomilda, a mãe biológica. Sabiam, também, que estavam prestando um favor à família original, criá-lo, alimentá-lo, vesti-lo e prestar-lhe toda a assistência necessária para a sua formação, já que a mãe não tinha condições para tanto. [...] Então, deduz-se que a pretensão da mãe biológica nunca foi no sentido de desfazer-se, em definitivo, do filho, tampouco a do casal Eva e Jardelino, em adotá-lo, já que esses sabiam que estavam, como já dito, prestando uma ajuda a Theomilda, na criação de um dos filhos dessa.

Verifica - se, uma possibilidade de reconhecer o vínculo dos filhos de criação, mesmo após a morte do pai ou da mãe, porém é necessário ter provas que comprove a relação de filiação socioafetiva na sua plenitude e uma vez que ela seja reconhecida, obterá a concorrência com os herdeiros.

3.3 As Consequências Jurídicas Obtidas pelos “Filhos de Criação”

O elo afetivo, que une os entes integrantes da família, possui o mesmo valor que o estabelecido pelo ato notorial, em razão do princípio da solidariedade, em decorrência da mudança do foco das relações familiares, salvo, para fins de provas. Com o advento da CF/88, que trouxe em seu artigo 227, § 6º, a igualdade entre os filhos, geraram inúmeras discussões acerca da universalização dos direitos inerentes aos filhos, independente de sua origem. Partindo deste pressuposto, aos “filhos de criação”, deverá - se igualar aos biológicos, estendendo aos mesmos deveres e direitos.

3.3.1 Do Direito Alimentar

DINIZ (2012, p. 1.240), conceitua alimentos como sendo prestações que atendem as necessidades vitais, tanto futuras como as atuais, para aqueles que não podem prover por si, sendo, portanto, apenas, os que são indispensáveis para a sua subsistência. No que tange ao direito alimentar, é assegurado aos filhos, independente de sua origem, bem como dever mútuo entre pais e filhos, descendentes e ascendentes previsto no art. 1694, caput e 1695, do CC/02, veja-se:

A finalidade dos alimentos é assegurar o direito à vida, substituindo a assistência da família a solidariedade social que une os membros da coletividade, pois as pessoas necessitadas, que não tenham parentes, ficam, em tese, sustentadas pelo Estado. O primeiro círculo de solidariedade é o da família, e somente na sua falta é que o necessitado deve recorrer ao Estado.

Os alimentos têm caráter pessoal e é irrenunciável. O objetivo dos alimentos é a preservação do que o Código Civil denomina de “viver de modo compatível com a sua condição social”, além de atender “às necessidades de sua educação”. Para que passe a existir o direito a alimentos, são necessários três requisitos, conforme a doutrina e diversas decisões dos tribunais entendem: a) o vínculo de parentesco; b) a condição econômica do alimentante e a necessidade do alimentando; c) razoabilidade entre a possibilidade de prover os alimentos e a necessidade da percepção deste.

Em relação aos filhos, os alimentos são imprescindíveis, pois existente a total dependência e consequência natural do dever dos pais, que engloba o dever ao sustento, criação e educação. Nesse sentido, entende o seguinte acórdão:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ALIMENTOS. INTEMPESTIVIDADE. REQUISITO DO ART. 526 DO CPC. NEGATIVADAPATERNIDADE. [...]A obrigação alimentar se fundamenta no parentesco, que é comprovado pela certidão de nascimento. O agravante alega não ser o pai biológico do menor. Enquanto não comprovar, não se pode afastar seu dever de sustento. A rigor, mesmo esta prova não será suficiente, pois a paternidade socioafetiva também pode dar ensejo à obrigação alimentícia.[...] (1ª Vara Cível de Arquimedes – RO. Juíza de Direito: Márcia Kanazawa. Processo: 0005352-95.2010.8.22.0002. publ. 17 de fevereiro de 2011).

Assim, torna-se indiferente a comprovação da paternidade biológica, visto não ser fator suficiente para eximir-se do dever de sustento para com o filho.

Quanto à pensão militar por morte, o STJ tem entendido que há possibilidade de se obter pelos filhos de criação, conforme o julgado colacionado:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 71.290 - MG (2011/0246081-8) RELATOR: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO. DECISÃO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. PENSÃO POR MORTE. FILHA DE CRIAÇÃO. POSSIBILIDADE. AGRAVO PROVIDO PARA RESTABELECE A SENTENÇA EM TODOS OS SEUS TERMOS.

[...] Esta Corte Superior de Justiça firmou já entendimento de que alei aplicável à pensão é aquela que estava em vigor por ocasião da morte do instituidor do benefício (Súmula do STJ, Enunciado nº 340). O artigo 7º, inciso II, da Lei nº 3.765/60 garante o recebimento da pensão militar somente às filhas "de qualquer condição", excluindo os filhos maiores de idade que não sejam interditos ou inválidos. Precedentes. Equipara-se à condição de filha a enteada criada e mantida pelo militar, instituidor da pensão, o qual, a despeito da ausência de laços sanguíneos, dispensou-lhe o mesmo tratamento que se dá a filho biológico (artigo 7º, inciso II, da Lei nº 3.765/60 combinado com o artigo 50, parágrafo 2º, Lei nº 6.880/80). Precedentes. [...] Conforme preceitua o art. 7º, inciso II, da Lei n.º 3.765/60, a pensão militar é deferida "aos filhos de qualquer condição, exclusive os maiores do sexo masculino, que não sejam interditos ou inválidos". Por filhos de qualquer condição deve-se entender, também, aquela pessoa que foi acolhida, criada, mantida e educada pelo militar, como se filha biológica fosse, embora não tivesse comele vínculo sangüíneo. A Carta Magna conferiu maior abrangência ao mencionado dispositivo, intensificando a proteção à família e à filiação e repelindo quaisquer formas de discriminação advindas dessas relações. Na hipótese em apreço, restou sobejamente demonstrado que a ora Recorrida ostenta a condição de filha do de cujus, tendo a sua adoção pela viúva apenas formalizado uma situação de fato preexistente. Por essa razão, preenche a Autora os requisitos legais para que lhe seja deferido o benefício pleiteado. [...] Sendo assim, tendo em vista que a legislação permite a concessão de pensão por

morte às filhas em qualquer condição independentemente da relação de dependência com o instituidor presume-se inserida nesse contexto a filha de criação, desde que comprovada essa condição. (Superior Tribunal de Justiça STJ - RECURSO ESPECIAL : REsp 1370748 PE 2013/0053151-4. RELATOR: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO. Publ. 09/102017).

Com as lacunas deixadas pelo legislador para a concessão de pensão por morte no que cerne a filho em espécie de criação, é necessário fazer uma presunção, portanto, nesse contexto, que ela também se perfaz desse direito igualmente às filhas biológicas, necessitando a comprovação judicial do vínculo de parentesco afetivo.

3.3.2 Do Direito ao Patronímico

A utilização do sobrenome é um direito referente à personalidade do filho, tratando – se de caráter pessoal, no qual diz respeito ao vínculo parentesco estabelecido pela filiação socioafetiva, sendo, portanto, um efeito que gera seu reconhecimento. No que se diz a respeito da importância ao nome do patronímico, DIAS (2015, p. 130) ensina que o nome é um dos direitos essenciais no que tange ao direito da personalidade. Reconhecido como o bem jurídico que vem tutelar a intimidade, permitindo a inserção em uma família, dispondo de um valor inserido ao conceito da dignidade da pessoa humana. O Desembargador José Carlos Teixeira Giorgis do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul Julgou em sede de Apelação Civil que:

EMENTA: AÇÃO DECLARATÓRIA. ADOÇÃO INFORMAL. PRETENSÃO AO RECONHECIMENTO. PATERNIDADE AFETIVA. POSSE DO ESTADO DE FILHO. PRINCÍPIO DA APARÊNCIA. ESTADO DE FILHO AFETIVO. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. PRINCÍPIOS DA SOLIDARIEDADE HUMANA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. ATIVISMO JUDICIAL. JUIZ DE FAMÍLIA. DECLARAÇÃO DA PATERNIDADE. REGISTRO

[...] a paternidade sociológica é um ato de opção, fundando-se na liberdade de escolha de quem ama e tem afeto, o que não acontece, às vezes, com quem apenas é a fonte geratriz. [...] Uma de suas formas é a 'posse do estado de filho', que é a exteriorização da condição filial, seja por levar o nome, seja por ser aceito como tal pela sociedade, com visibilidade notória e pública. Liga-se ao princípio da aparência, que corresponde a uma situação que se associa a um direito ou estado, e que dá segurança jurídica, imprimindo um caráter de seriedade à relação aparente. Isso ainda ocorre com o 'estado de filho afetivo', que além do nome, que não é decisivo, ressalta o tratamento e a reputação, eis que a pessoa é amparada,

cuidada e atendida pelo indigitado pai, como se filho fosse. (APELAÇÃO PROVIDA, POR MAIORIA. (Apelação Cível Nº 70008795775, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Carlos Teixeira Giorgis, Julgado em 23/06/2004).

Portanto, aquelas que perfazem uma filiação por afetividade adquirem o patronímico, ou seja, o sobrenome daquela família que está inserida pelos laços do afeto e se estendendo por interpretação, aos filhos de criação, da mesma forma que os demais filhos, assegurando – se pelo princípio da aparência que trás uma segurança jurídica e uma seriedade a uma relação que seja aparente.

3.3.3 Do Direito Sucessório

O presente direito, como os demais, inerentes à relação entre pai e filho, pressupõe uma relação de parentesco edificada sobre a caracterização do estado de posse de filho, sobrepondo-se sobre o vínculo biológico, garantindo a efetividade do princípio da dignidade humana. Não é garantia apenas o direito a alimentos, decorre também do reconhecimento da socioafetividade, o direito à sucessão.

Conforme preconiza a CF/88, a igualdade entre os filhos, vedando qualquer tipo de discriminação entre eles, com o reconhecimento da filiação socioafetiva, surgem os direitos e deveres da relação paterno-filial e, entre eles, o direito à herança, devendo ser reconhecido como herdeiro necessário como dispõe o art. 1845 do CC.

HERMANO (2009, p.28) conceitua como herança sendo um direito que contém um conteúdo econômico, conforme consta no art. 91 do Código Civil. Podendo ser constituídos por bens imóveis, móveis, direitos, ações, créditos e quaisquer outras origens que contenha valor apurável, onde contenha natureza heterogênea. Em sentido estrito, o quinhão líquido à disposição dos sucessíveis.

O direito de herança mesmo considerando um direito de extrema importância, muito “filhos de criação” acabam por não terem esse direito assegurado, pois se faz necessário trazer provas contundentes ao processo que esclareça ao Magistrado da sua relação socioafetiva conforme os julgados dos tribunais:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA POSITIVA DE FILIAÇÃO POR ADOÇÃO - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE PÓSTUMA POR VÍNCULO AFETIVO - POSSE DO ESTADO DE FILHO - SITUAÇÃO DE FATO - ELEMENTOS CARACTERIZADORES - NOMINATIO, TRACTATUS E REPUTATIO - FILHO DE CRIAÇÃO - AUXÍLIO MATERIAL - AUSÊNCIA DO TRATAMENTO AFETIVO DISPENSADO AOS FILHOS BIOLÓGICOS - FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA NÃO DEMONSTRADA - PEDIDO IMPROCEDENTE - SENTENÇA IRREPROCHÁVEL - RECURSO DESPROVIDO. A filiação socioafetiva, fundada na posse do estado de filho e consolidada no afeto e na convivência familiar, pressupõe a existência de três elementos caracterizadores: o *nomem* - utilização do sobrenome paterno; o *tractatus* - pessoa deve ser tratada e educada como filho; e a *reputatio* - o reconhecimento pela sociedade e pela família da condição de filho. A ausência de um desses elementos conduz à improcedência do pedido de reconhecimento da paternidade póstuma por vínculo afetivo. (TJ-SC - AC: 257376 SC 2009.025737-6, Relator: Fernando Carioni, Data de Julgamento: 10/12/2009, Terceira Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Apelação Cível n. , de Lages)

Faz-se importante, comprovar também, que houve a vontade dos pais socioafetivos em adotá-lo, como também a existência do tratamento do “filho de criação” como se filho fosse em público, conforme traz entendimento da jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO DE ADOÇÃO PÓSTUMA. A parentalidade socioafetiva é um instituto de origem pretoriana e doutrinária que, quando configurada, se destina a proteger e sustentar a relação jurídica parental preexistente que decorra de ato formal e voluntário de reconhecimento de maternidade ou paternidade, consolidada no plano fático, visando a defender o seu desfazimento diante da alegação de ausência de liame genético. Pressupõe, pois, uma prévia, expressa e formal manifestação de vontade de reconhecimento da filiação, de modo que a pretensão de que haja o reconhecimento forçado de filiação socioafetiva quando os supostos pais socioafetiva já eram falecidos quando do ajuizamento da ação não encontra previsão no ordenamento jurídico vigente. Isso porque, nessas condições, o pedido formulado implicaria impor uma verdadeira adoção póstuma, à revelia dos adotantes - o que não pode obter trânsito, por não contar com uma inequívoca manifestação de vontade por parte do adotante, como exige o art. 42, § 6º, da Lei n.º 8.069/1990. O mero vínculo afetivo não tem o condão de respaldar um julgamento de procedência do pedido de adoção póstuma, necessitando de manifestação de vontade expressa dos falecidos, inexistente no caso em exame. NEGARAM... PROVIMENTO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70073643942, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 17/08/2017).

Portanto, ao ser analisado o acervo de fatos e provas existente no processo, e for concluído que não houve a ocorrência da manifestação do propósito de adotar, bem como pela preexistência de laço afetividade entre os envolvidos, o “filho de

criação” não poderá gozar de seus direitos, com o argumento da não configuração da filiação socioafetiva.

O não reconhecimento dessa relação se dá também pelo fato de que os “irmãos” não o querem reconhecer depois da morte dos pais, ou o próprio entendimento do magistrado configura como a criação daquele filho não ter tido uma relação de filho, mas de mera solidariedade conforme os julgados:

APELAÇÃO CÍVEL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO PÓSTUMO DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA, CUMULADO COM PETIÇÃO DE HERANÇA E RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL. FILHO DE CRIAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. Caso em que o falecido acolheu o apelante em sua casa, prestando orientação moral e sustento material, sem, contudo, manifestar vontade inequívoca de adotar. Testemunhas que apenas confirmam a relação, aparentemente, paterno-filial entre requerente e de cujus, que nada mais demonstram a prestação de auxílio fraternal e amparo moral, característicos da relação de "pai de criação", muito típica do interior do Estado, mas que não tem a força para constituir vínculo socioafetivo de filiação. Precedentes jurisprudenciais. NEGARAM PROVIMENTO. (Apelação Cível Nº 70063212617, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Pedro de Oliveira Eckert, Julgado em 23/04/2015).

O Magistrado também vislumbra o lapso temporal em que o filho de criação postula sobre o reconhecimento de paternidade/maternidade:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA CUMULADA COM DESCONSTITUIÇÃO DE REGISTRO CIVIL. SEDIZENTE "FILHO DE CRIAÇÃO". PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE RELAÇÃO PARENTAL SOCIOAFETIVA, À REVELIA DE INEQUÍVOCA MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DOS SUPOSTOS PAIS SOCIOAFETIVOS, QUE, À ÉPOCA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO, JÁ ERAM FALECIDOS HÁ MAIS DE DEZ ANOS. A circunstância de terem sido criados laços típicos daquilo que tradicionalmente se convencionou chamar de "filho de criação" não deve justificar a imposição - totalmente à revelia da vontade dos supostos "pais socioafetivos" - de um vínculo parental, mormente quando, à época do ajuizamento da ação, os ditos "pais socioafetivos" já eram falecidos há mais de dez anos, cabendo questionar o motivo pelo qual o processo de adoção não ocorreu enquanto eram vivos, ou, do mesmo modo, por que não foi então ajuizada esta ação declaratória. POR MAIORIA, DERAM PROVIMENTO, VENCIDO O RELATOR. (Apelação Cível Nº 70061496493, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Julgado em 09/04/2015).

Mesmo que a posse de estado de filho, não esteja expressamente prevista em nosso ordenamento jurídico, mas, se baseando nos princípios constitucionais ora já citados, é possível usufruir o direito de herança desde que todos os elementos

sejam respeitados e comprovados, conforme decidiu o colendo Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA POST MORTEM. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA POST MORTEM. FILHA DE CRIAÇÃO. EXISTÊNCIA DE PAI E MÃE REGISTRAL/BIOLÓGICO. POSSE DO ESTADO DE FILHO. EXISTÊNCIA. NATURAL TRATAMENTO DA AUTORA COMO FILHA. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. Pretende a parte apelante a modificação da r. sentença da instância a quo para que se reforme a declaração da existência de paternidade socioafetiva entre a apelada e os falecidos genitores dos apelantes, e determinação de supressão da paternidade biológica e registral, bem como a alteração do nome da apelada para contemplar o patronímico dos pretendidos pais afetivos, com o que poderia habilitar-se como herdeira dos de cujus; Diz respeito a quaestio juris aqui debatida à chamada paternidade socioafetiva, conceito relativamente recente na doutrina e jurisprudência pátrias, segundo o qual, apartando-se da filiação meramente biológica ou natural, e mesmo da filiação civil, pela adoção regular, tem-se o desenvolvimento da relação parental de filiação pelos laços afetivos que se podem estabelecer entre pessoas que, entre si e socialmente, se apresentem e se comportem como pai/mãe e filho; [...] A consagração da chamada paternidade socioafetiva, na doutrina e na jurisprudência, não pode representar a transformação do afeto e do amor desinteressado em fundamento para a banalização da relação parental de filiação não-biológica, porque a efetiva existência desta, antes de tudo, há de decorrer de um ato de vontade, de uma manifesta intenção de estabelecimento da paternidade ancorada na densidade do sentimento de afeição e de amor pelo outro ente humano. À semelhança do que ocorre com a adoção regular, a nosso juízo, há possibilidade de vir a ser reconhecido esse vínculo de paternidade afetiva post mortem, mas, de toda sorte, deve-se provar que, quando em vida, o pretenso pai não-biológico tivesse manifestado o inequívoco desejo de assim ser reconhecido, em aplicação analógica do disposto no art. 42, § 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente; [...] O que se comprovou nos autos foi o laço sentimental socioafetivo entre a apelada e os de cujus de forma declarada e pública. Segundo se extrai dos depoimentos das testemunhas, a apelada era tratada publicamente como filha de casal, e os chamava de mãe e pai. É dizer que havia, quer na relação privada, quer socialmente, a caracterização de uma verdadeira relação paterno-filial; Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida integralmente. (TJ-DF - APC: 20150510068078, Relator: ROMULO DE ARAUJO MENDES, Data de Julgamento: 02/09/2015, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 11/09/2015 . Pág.: 103).

Ainda assim, persistem inúmeras controvérsias atreladas à socioafetividade, que necessitam serem harmonizadas com o sistema jurídico. É com esse intuito que o Projeto de Lei nº 2.285/07 chamado de Estatuto das Famílias, elaborado inicialmente pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, que de acordo com a jurisprudência e a doutrina mais atualizada com a modificação do conceito de família social brasileira, consolida algumas orientações. E, caso seja aprovada pelo

Congresso Nacional, afastará as principais divergências, preenchendo as lacunas hoje existentes no sistema legal.

Serão trazidas inovações em todo sistema jurídico que versa sobre o Direito de Família, visando à adequação da norma a realidade social, valorizando o sujeito e não o objeto, como forma de garantir a dignidade humana, princípio constitucionalmente garantido e pouco efetivado no que vige à família.

O Projeto pretende regulamentar e legitimar todas as formas de famílias, trazendo em sua essência, o valor jurídico norteador de todas as relações: o afeto. Se aprovado, as relações socioafetivas encontrarão respaldo expresso e constitucional para reconhecimento legal.

A proposta trata de todos os tipos de constituição familiar, dispondo em seu art. 10º que o parentesco resulta da consanguinidade, da socioafetividade ou da afinidade. Ainda nas inovações, a filiação será provada “por qualquer modo admissível em direito, quando houver posse de estado de filho”, é o que preceitua o art. 71 do presente Projeto. Ocorrerá uma equiparação da filiação socioafetiva à biológica e sem seu §2º traz que se provará a filiação por qualquer modo admissível em direito, quando se houver posse do estado de filho. Contudo, enquanto não aprovado o Projeto, os Tribunais em seus julgados, analisa caso a caso, verificando-se a ocorrência ou não da socioafetividade, entregando na mão do Estado o direito de entender ou não a ocorrência dessa relação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como eixo central a discussão do Princípio da Afetividade que é de grande importância jurídica, pois a afetividade tende a aproximar as pessoas, sendo de fundamental importância para a gênese e suporte das famílias atuais, tendo como escopo a constituição familiar. Esse instituto amplamente acatado no ordenamento jurídico brasileiro, não havendo prevalência do vínculo de origem biológica sob o vínculo de origem afetiva, sendo reconhecida inclusive a paternidade socioafetiva, devendo estender a interpretação da norma ao caso, quando se tratar de filiação de criação.

Interpretando o artigo 226 da Constituição Federal, temos que as entidades familiares são merecedoras dos direitos que lhe são próprios e, portanto, merecedoras da ampla proteção do Estado, inclusive, os filhos de criação. Sendo a família o alicerce da sociedade brasileira, passando a ser ligada por laços de afetividade de forma contínua, duradoura e pública, havendo uma assistência mútua entre seus entes familiares.

Com base nas lacunas deixadas pelo legislador, os entendimentos jurisprudenciais, mesmo tendo a existência de doutrinas que defendam a afetividade, fazendo uma ampliação para a filiação de criação, é bastante difícil, digo, quase impossível o seu reconhecimento, pois, os filhos de criação após a morte, precisam comprovar em juízo com provas cabais o vínculo afetivo com obrigações de pai e de filho.

Mesmo realizando as provas e visualizando que houve todo um vínculo afetivo, a maioria dos entendimentos são de que, as provas não são suficientes para a demonstração da perfilhação, pois é necessário comprovar também, a existência da vontade dos pais em querer adota-lo e o seu tratamento como filho em público, perante a sociedade.

Similarmente, o não reconhecimento se dá também, pelo fato dos irmãos não quererem o reconhecimento desse filho depois da morte dos pais, para que ele não concorra igualmente ao partilhar dos bens sucessórios, dando a entender que só entrou com um processo de reconhecimento de paternidade póstuma com o interesse de usufruir dos bens econômicos.

Por não ter a existência de um regramento taxativo que consiga reger a socioafetividade como um todo, não se consegue ter uma interpretação clara e objetiva com relação ao filho de criação, pois, os tribunais entendem que se realmente era considerado como filho e tinha todo um vínculo público, porque não se foi criado um vínculo jurídico? Porque não adotou? O que se visualiza nas decisões é um ar de total desconfiança por parte dos magistrados quanto a esse tipo de filiação. Em nome da segurança jurídica, o que sentimos nas decisões é uma impressão de que o filho quisesse sempre tão somente se aproveitar daquele estado de filho para se obter indevidamente de proveitos econômicos ou explorar tão somente dos mesmos, deixando de lado toda a história vivida dentro do seio familiar. Será que a adoção não teria sido evitada devido à burocracia impostas pelo sistema? Ou até mesmo pela falta de informação de como fazer?

Além do filho carregar a dor de ter perdido o seu pai ou a sua mãe de criação, ainda carrega um peso de que seu direito pode não ser reconhecido, sendo penalizado, duas vezes, uma pela perda do pai/mãe e a outra pela insegurança de não ter o seu direito de filho reconhecido, pois seu suposto pai só prestou um “favor” se baseando no princípio da solidariedade. Mas onde fica o princípio da igualdade? Porque fazer distinção entre os filhos jogando toda a história de conquista legal no que tange a esse assunto? A decisão majoritária não tem vislumbrado a aplicabilidade do art. 1596 que invalidou a diferenciação entre filhos, trazendo a igualdade em sua totalidade como também trás a letra do artigo 227 da CF, onde conjectura que os filhos que forem ou não havidos na relação de casamento, ou se for por adoção, deverão ter as mesmas qualificações e direitos, sendo proibida qualquer distinção ou designação discriminatória no que se refere à filiação.

Portanto, é com base constitucional que, se deve repensar o direito, focando sempre a atual realidade social, adequando-se a norma ao fato ocorrido, considerando-se o novo contexto cultural existente nas modernas relações familiares, plúrimas e complexas, carentes de compreensão.

Se traz uma a necessidade de caráter urgente a mudança de entendimento por parte dos Magistrados para interpretar a norma, flexibilizando suas decisões, para que o reconhecimento dessa filiação seja possível, baseando – se nos critérios e requisitos de caracterização de filiação socioafetiva fazendo uma extensão para os filhos de criação, ou então, elaborar leis que fossem taxativas e que trouxessem os

requisitos necessários para o reconhecimento desse tipo de perfilhação, para que assim, pudesse resguardar os direitos e deveres desses novos arranjos familiares, para que assim, os filhos gozem dos seus direitos, tais como o direito ao patronímico, a pensão nos casos que couberem e ao direito a herança, pois, o papel de registro não deve constituir as ações afetivas entre os pais e filhos, mas sim o amor, o afeto, o carinho, o respeito, a reciprocidade, de todo o vínculo filial; paternal ou maternal, afinal, pai e mãe “é aquele que cria, respeita, zela, ama e que cuida”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Domingos. **No bico da cegonha: histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 2002.

ALMEIDA, Maria Christina de. **Ensinando direito com arte: o estudo de casos no direito civil contemporâneo**. In: FACHIN, Luiz Edson *et. al.* (orgs.). **Diálogos sobre direito civil. Construindo a racionalidade contemporânea**. Rio de Janeiro: Renovar. 2002.

Associação dos Magistrados Brasileiros. **PESQUISA INÉDITA APRESENTA DADOS SOBRE PERCEPÇÃO DOS BRASILEIROS A RESPEITO DA ADOÇÃO**. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/pesquisa-inedita-apresenta-dados-sobre-percepcao-dos-brasileiros-a-respeito-da-adocao/>>. Acesso em: 27 de Abril de 2018.

BARROS, Fernanda Otoni de. **Sobre o melhor interesse da criança**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=27>> Acesso em: 28 abr. 2018.

BARRETO, Luciano Silva. **EVOLUÇÃO HISTÓRICA E LEGISLATIVA DA FAMÍLIA. 2012**. 10 f., Juiz de Direito da 9ª Vara Criminal Capital, Emerj, Rio de Janeiro, 2012.

BEVILAQUA, Clóvis. **Clássicos da Literatura Jurídica**. Direito de Família. Rio de Janeiro: Rio, 1976.

BITTENCOURT, Edgard de Moura. **Família**. 5. ed. revista, atualizada e ampliada por Joaquim Macedo Bittencourt Netto e Antonio Carlos Mathias Coltro. Campinas: Millenium, 2003.

BOEIRA, José Bernardo Ramos. **Investigação de paternidade: posse de estado de filho: paternidade socioafetiva**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 03Nov 2017.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. **RECURSO ESPECIAL nº. 898060**. Relator min. Luiz Fux. j. 22/09/2016.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. Terceira Câmara. **APELAÇÃO CÍVEL nº. 257376 SC 2009.025737-6**. Relator min. Fernando Carioni. j. 10/12/2009.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº. 71.290**. Relator MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO. j. 02/08/2016.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL. Primeira Turma Cível. **APELAÇÃO CÍVEL nº. 20150510068078**. Relator ROMULO DE ARAUJO MENDES j. 11/09/2015.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAIBA. **CARTILHA PASSO A PASSO PARA ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**. Disponível em: <<https://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2015/03/CARTILHA-PASSO-A-PASSO-ADO%C3%87%C3%83O-DE-CRIAN%C3%87AS-E-ADOLESCENTES-NO-BRASIL-2017.pdf>>. Acessado: 27 de Abril de 2018.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Sétima Câmara Cível. **Apelação Cível nº. 70008795775**. Relator Des. José Carlos Teixeira Giorgis. j. 23/06/2004.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Sétima Câmara Cível. **Apelação Cível Nº 70015562689**. Relator: Ricardo Raupp Ruschel. j. 28/02/2007.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Oitava Câmara Cível. **Apelação Cível Nº 70032450900**. Relator: DES. CLAUDIR FIDÉLIS FACCENDA. j. 12.11.2009.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Oitava Câmara Cível. **Embargos Infringentes nº. 70039310271**. Relator Des. Luiz Ari Azambuja Ramos. j. 16-12-2010.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Oitava Câmara Cível. **Apelação Cível Nº 70061496493**. Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl. j. 09/04/2015.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Oitava Câmara Cível. **Apelação Cível Nº 70063212617**. Relator: José Pedro de Oliveira Eckert. j. 23/04/2015.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Oitava Câmara Cível. **Apelação Cível Nº 70073643942**. Relator: Luiz Felipe Brasil Santos. j. 17/08/2017.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Terceira Câmara. **Recurso Especial nº. 878941 DF 2006/0086284-0**. Relatora: MINISTRA NANCY ANDRIGHI. j. 21/08/2007.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Vínculo de Filiação e Reconhecimento de Paternidade Biológica. In: **Informativo n. 840 do Supremo Tribunal Federal**. 2016. Disponível em: www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo840.htm. Acesso em: 13/04/2018.

Camara dos Deputados. **PROJETOS DE LEI E OUTRAS PROPOSIÇÕES: PL 2285/2007**. Disponível em<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=373935>>. Acessado em: 24 de Abril de 2018.

D'ANTONIO, Daniel Hugo. ***Derecho de menores***, p. 9 *APUD* ELIAS, Roberto João. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Editora Saraiva, 2009.

DA CUNHA, Sérgio Sérvulo. **Dicionário Compacto do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado**. 12 ed. São Paulo: Saraiva. 2006.

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado**. 16 ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**. Vol5. Saraiva, 2017.

FACHIN, Luiz Edson. **Teoria Crítica do Direito Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

FARIAS, C. C. De; ROSENVALD, N. **Curso de Direito Civil: Famílias**. 4. Ed. Salvador: Juspodivm, 2012.

FRANÇA, Rubens Limongi. Direitos de personalidade – Coordenadas fundamentais. *In Revista da Academia Brasileira de Letras Jurídicas*. Rio de Janeiro, ano VII, n. 4, jul./dez. 1993.

FUJITA, Jorge. **Curso de Direito Civil Direito de Família**. São Paulo: Oliveira Mendes, 2010.

FUJITA, Jorge. **Filiação na Contemporaneidade**. In: CHINELATO, Silmara Juny de Andrade; SIMÃO, José Fernando; ZUCCHI, Maria Cristina. (org.). O direito de família no terceiro milênio: Estudos em homenagem a Álvaro Villaça Azevedo. ed. Atlas, 2010.

FUX, Luiz e NEVES, Daniel Amorim Assumpção; **NOVO CPC COMPARADO**; Ed. Método, 2ªEd., São Paulo, 2016.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**. Vol. 6. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Filiação e Reprodução Assistida: Introdução ao tema sob a perspectiva civil-constitucional**. /N: TEPEDINO, Gustavo (Coord.) Problemas de Direito Constitucional Civil. Rio de Janeiro. Renovar 2003.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. Vol. 6. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito de Família**. 2º v. 8º ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2002.

GOMES, Orlando. **Direito de Família**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

GOMES, Orlando. **Direito de Família**. 14.ed.rev.e atual. por Humberto Theodoro Júnior. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

HERMANO, Paulo. **Novo direito sucessório brasileiro**:totalmente idealizado sob os novos paradigmas da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002. Atualizado com a Lei 11.441/2007. Leme: JH Mizuno, 2009.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. Lei nº2848 de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Decreto. In: Vade mecum penal e processual penal. 3ª ed. Niteroi, RJ: Impetus, 2012.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 04 novembro 2017.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Direito civil aplicado**: v.5: direito de família. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Código Civil Comentado XVI. Direito de família, Relações de Parentesco, Direito Patrimonial**. Vol 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito ao Estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária**. Revista CEJ, Brasília, v.8, n.27, p. 47-56, out./dez. 2004.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Entidade familiares constitucionalizadas: para além do numerus clausus**. In: CUNHA PEREIRA, Rodrigo da. (Coord.). *Anais do III Congresso Brasileiro de Direito de Família – Família e cidadania*. O novo CCB e a *vacaio legis*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

MADALENO, Rolf. **Revista Brasileira de Direito de Família**. n 37. 2006. p. 148. In: GAGLIANO, Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona Filho. Novo Curso de Direito Civil Direito de Famílias. As famílias em Perspectiva Constitucional. Volume VI. Ed. Saraiva. São Paulo, 2011.

MAIDANA, Jédison Daltrozo. **O fenômeno da paternidade socioafetiva: a filiação e a revolução da genética**. Revista Brasileira de Direito de Família. Porto Alegre: Síntese, IBDFAM, v. 6, n. 24. 2004.

MOREIRA, Silvana do Monte. **Famílias**. In: ZAGAGLIA, Rosângela Alcantara. et al (Coord.). Criança e Adolescente. 1.ed. Rio de Janeiro: 2015.

NOGUEIRA, Jacqueline Filgueras Nogueira. **A filiação que se constrói: o reconhecimento do afeto como valor jurídico**. São Paulo: Memória Jurídica, 2001.

OLIVEIRA, José Sebastião. **Fundamentos constitucionais do direito de família**. São Paulo: RT, 2002.

PAIVA, L. D. **Adoção: significado e possibilidades**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direito de família**. 14. ed. revista e atualizada por Tânia da Silva Pereira. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil. vol. V**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Família, Direitos Humanos, psicanálise e inclusão social**. Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre, v. 16, n., p.5-6, jan. 2003. Jan./mar. 2003.

PEREIRA, Sérgio Gischkow. **A guarda conjunta de menores no direito brasileiro**. Porto Alegre: Ajuris, 1986.

PÓVOAS, Maurício Cavallazzi, **Multiparentalidade: A possibilidade de múltipla filiação e seus efeitos**. Florianópolis, Conceito Editorial, 2012.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**, Volume 6, 27 ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

SANTIAGO, Rafael da Silva. **Poliamore direito das famílias: reconhecimento e consequências jurídicas**. Curitiba: Juruá, 2015.

TARTUCE, Flávio. **O Princípio da Afetividade no Direito de Família.** In: **JusBrasil.** São Paulo. Out. 2012. Disponível em: <<http://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/121822540/o-principio-da-afetividade-no-direito-de-familia>>. Acesso em nov 2017.

TAVARES, José de Farias. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente.** 6 ed. revista, ampliada e atualizada de acordo com as leis correlatas. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

VELOSO, Zeno. **Direito brasileiro da filiação e paternidade.** São Paulo: Malheiros, 1997.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família.** v. 6. 4. ed. São Paulo; Atlas, 2004.p.18.

WEBER, César Augusto Trinta. **Programa de Saúde da Família: Educação e Controle da População.** Porto Alegre: AGE. 2006.

WEBER, L. N. D. **Aspectos psicológicos da adoção.** Curitiba: Juruá, 2001.

WELTER, Belmiro Pedro. **Igualdade entre as filiações biológica e socioafetiva.** São Paulo: RT, 2003.